

Acção Socialista



Nº 1287 9 Julho 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

VOTAR DIA 15 DAR ESPERANÇA A LISBOA



Entrevista

2

Augusto Santos Silva: "Há uma articulação sem falhas entre a maioria parlamentar e o Governo"

Vila Real

6



Presidente da Federação: "Este Governo tem cumprido pontualmente os compromissos com o distrito"

União Europeia

11

Cimeira com o Brasil foi o primeiro sucesso da presidência portuguesa

"A CÂMARA VAI FUNCIONAR"

António Costa

VOTE PARTIDO SOCIALISTA



AUGUSTO SANTOS SILVA, MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

“Há uma articulação sem falha entre a maioria parlamentar e o

A reforma do Parlamento que o PS está a conduzir vai aumentar os poderes da oposição, afirma o ministro dos Assuntos Parlamentares, que enaltece a coesão e articulação existentes entre a bancada socialista e o Governo.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Augusto Santos Silva refere que o PS pela sua posição moderada tem conseguido construir diferentes geometrias de maiorias, sublinha que a função de debate político na AR ganhou uma nova dimensão e reafirma que ninguém pode ser perseguido pelo chamado delito de opinião.

E assegura ainda que o PS leva a sério as eleições para a Câmara de Lisboa, pois “escolheu o melhor candidato”.



SILVINO GOMES DA SILVA
J. C. CASTELO BRANCO

Que balanço faz da sessão legislativa que agora termina?

Nesta sessão legislativa, que se inscreve na continuidade da agenda reformista, foram aprovadas largas dezenas de leis configurando algumas das mais importantes reformas que marcarão esta legislatura, como a nova Lei da Segurança Social, a Lei das Finanças Locais, a Lei das Finanças Regionais, as leis relativas à reforma da Justiça, as leis referentes ao ensino superior. Também vamos aprovar ainda nesta sessão legislativa, estou certo, leis decisivas para a reforma dos regimes de licenciamento, no sentido da desburocratização, maior descentralização e responsabilização das câmaras municipais. E evidentemente também aprovámos o Orçamento de Estado para 2007 e a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), ambos instrumentos essenciais na prossecução de dois dos objectivos essenciais do Governo – consolidação das contas públicas e impulsionar o crescimento da economia, casos em que a evolução está a ser melhor que as metas traçadas pelo Governo. E faço notar que este ano o défice será reduzido para 3,3 por cento do PIB, e do outro lado, do crescimento da economia, a evolução está a ser melhor do que as previsões do Governo, já que havia uma previsão de crescimento do PIB no Orçamento de Estado (OE) para este ano de 1,8 por cento e o crescimento no primeiro trimestre foi de 2 por cento.

Quer dizer que as metas do Governo têm vindo a ser paulatinamente cumpridas?

Sim. Neste momento nós podemos dizer olhando para os objectivos inter-

médios que a situação é a seguinte: no que diz respeito ao défice orçamental e também ao crescimento estamos a cumprir com folga, em avanço, os objectivos intermédios do PEC. Quanto ao emprego, o nosso terceiro objectivo, nós conseguimos estancar o crescimento da taxa de desemprego, mas ainda não conseguimos diminuir o desemprego. Portanto, em relação ao emprego, temos de continuar a trabalhar no sentido de impulsionar o crescimento da economia, pois só assim haverá mais emprego.

E no que respeita à produção legislativa também tem sido cumprida a calendarização?

Sim. E sempre com uma coesão e articulação sem qualquer falha entre a maioria parlamentar e o Governo.

Como tem sido a relação do Governo com o Grupo Parlamentar do PS?

Tem sido ótima. Do ponto de vista político, a maioria parlamentar não tem regateado o apoio à política do Governo e, por outro lado, não há nenhuma iniciativa do Executivo na AR que antes de ser discutida em plenário não seja preparada e trabalhada com a maioria parlamentar. Nós fazemos neste momento reuniões quase diárias entre os membros do Governo e os deputados responsáveis nas diferentes comissões nas matérias correspondentes. Instituímos, e bem, a tradição das reuniões às quartas-feiras ao final da tarde entre membros do Governo e o plenário do grupo parlamentar. E o primeiro-ministro tem reunido regularmente com o Grupo Parlamentar. Portanto, em resumo, a coesão tem sido sem falhas e a relação ótima, neste duplo sentido: a maioria parlamentar tem cumprido uma das suas funções essenciais que é ser na AR o esteio do Governo do PS, e, por

outro lado, o Governo tem cumprido a sua responsabilidade de manter constantemente informada a maioria parlamentar e preparar previamente todo e qualquer debate que se realize na AR com os deputados do PS.

E como é que tem sido a relação do ministro dos Assuntos Parlamentares com as restantes bancadas?

Tem sido uma relação de cordialidade e de grande respeito institucional. Também sei que uma das minhas funções é manter as relações institucionais necessárias com os diferentes grupos parlamentares. E, portanto, nós temos cumprido escrupulosamente o estatuto da oposição e temos ouvido os grupos parlamentares nas matérias em que deve haver uma audição prévia, como, por exemplo, na preparação do Orçamento de Estado, nas questões relativas à Defesa, às questões europeias. E quando são necessárias iniciativas de negociação ou concertação política com a oposição, como é o caso das questões que implicam maiorias de dois terços, essas iniciativas têm sido desenvolvidas.

Pode-se então concluir que a maioria socialista tem procurado o máximo dos consensos com as outras bancadas?

A nossa posição é a seguinte, nós temos um programa para realizar e a nossa primeira fidelidade é ao programa. Em segundo lugar, entendemos que há matérias onde saudavelmente devem existir divergências, como, por exemplo, no Orçamento,

nas Grandes Opções do Plano. E, portanto, é a coisa mais natural do mundo que o PS vote a favor e que a oposição vote contra. E, por outro lado, temos procurado construir o máximo dos consensos possíveis nas matérias que tradicionalmente em Portugal, e bem, têm colhido do arco parlamentar um apoio pluripartidário, como, por exemplo, as matérias relativas às questões da política europeia, à política de Defesa, à política de segurança interna. Mas em todos os domínios a posição característica do PS que é uma posição de esquerda democrática e moderada, faz com que o nosso partido seja capaz de, ao contrário dos partidos que se situam à sua direita e dos partidos que se situam à sua esquerda, de construir diferentes geometrias de maiorias.

O PS umas vezes vota sozinho, que é o que menos acontece, embora seja sobre matérias absolutamente estratégicas, como PEC, o OE, as GOP, outras vezes vota com o PSD, outras vezes a votação é com o PS, PSD, CDS, outras vezes acontecem votações PS, PSD e PCP, não abrangendo nem o CDS nem o Bloco de Esquerda. Nas questões que têm a ver com a agenda de modernização da actividade política é natural que seja o Bloco de Esquerda que vote com o PS, e outras vezes ainda há unanimidade.

Tradicionalmente, a função legislativa encontra-se no Parlamento. Hoje em dia, para além da produção das leis, que outras funções encontramos na Assembleia da República?

A função legislativa é uma das suas funções, mas há quem diga e bem que tão importante quanto a função legislativa é a função fiscalizadora do Executivo por parte da AR, e neste aspecto a actuação do Governo tem sido exemplar. O Governo tem cumprido escrupulosamente o disposto no regimento em matéria de debates com o primeiro-ministro, que vem todos os meses à AR para o designado debate mensal. Por outro lado, com esta maioria do PS utilizou-se, como nunca, a figura do debate com o ministro e a sua equipa. Assim, os diferentes ministros têm-se sucedido no plenário da AR, nas sessões de sexta-feira de manhã, nas chamadas perguntas sectoriais ao ministério. Portanto, a função de fiscalização em plenário e em comissões tem sido plenamente cumprida. Nestes 26 meses, a média de cada ministro é que tenha vindo à AR de dois em dois ou três em três meses, o que tendo em conta o número total de ministros significa que por semana há dois ou três ministros a reunir com as respectivas comissões. Agora o único ponto em que a maioria não tem cedido, e bem, é pactuar com qualquer tentativa de confundir fiscalização com chicana política.

A síntese que eu posso fazer é que até agora o Governo apresentou 142 propostas de lei, das quais 101 foram aprovadas, e destas apenas 18 foram aprovadas só com os votos do PS. Realizaram-se 19 debates mensais, houve membros do Governo em sessões plenárias 193 vezes, e houve por 239 vezes presenças de membros do Governo nas comissões parla-

IS o Governo”

mentares, o que dá uma ideia clara do que é a função legislativa e a função fiscalizadora.

Mas há uma terceira função da AR que do meu ponto de vista é uma inovação desta maioria e deste Governo, que tem a ver com a função de debate político e que nunca foi tão desenvolvida como agora. É que este Governo privilegia o plenário da AR para lançar e discutir de imediato os grandes programas e medidas que apresenta. Nós temos feito isto com os debates mensais com o primeiro-ministro, que é um debate em que o chefe do Governo não só se sujeita às perguntas que as bancadas entendem fazer, como comunica em primeira mão à Assembleia da República iniciativas do Governo e discute-as imediatamente com os diferentes grupos parlamentares.

Quais são então as suas perspectivas para a próxima sessão legislativa no âmbito da reforma do Parlamento?

A reforma do Parlamento que o PS está a conduzir vai ter como resultado ainda maior capacidade da AR de fiscalização política do Governo e uma maior capacidade de debate político de todos os grupos parlamentares. Nós vamos aumentar os poderes da oposição e é a primeira vez que isto vai suceder. Ao contrário do que se insinua, o PS tem o entendimento de que maioria absoluta significa maior responsabilidade de quem a tem para assegurar as melhores condições do debate democrático. E os factos falam por si. E um dos factos que falam por si é que a proposta do PS de mudança de regimento significa que o primeiro-ministro vem mais vezes ao Parlamento, virá de 15 em 15 dias. A nossa proposta é que os ministros venham mais vezes ao Parlamento, uma vez em cada sessão legislativa um ministro seja submetido a uma sessão de perguntas sobre o seu ministério. Os poderes potestativos da oposição para chamar ministros ao plenário vão aumentar. Portanto, esta maioria absoluta dá mais poderes às oposições, o que contrasta com a anterior maioria de direita, e com a prática do PSD na Região Autónoma da Madeira.

E quanto à agenda legislativa para o próximo ano?

A próxima sessão legislativa será marcada pela reforma da Administração Pública, o regime de carreiras será discutido na generalidade no próximo dia 19 de Julho, mas a discussão na especialidade e a votação final ocorrerão já na próxima sessão legislativa, onde se discutirá e votará também o sistema de avaliação do desempenho dos dirigentes, dos serviços e dos

funcionários. Assim como irá à AR a lei que fará a revisão do regime de protecção social dos trabalhadores da Administração Pública. Portanto, temos uma reforma muito importante como é a da Administração Pública, cujas leis serão discutidas e aprovadas na próxima sessão legislativa, onde irá também estar em discussão a nova lei da segurança interna e as leis que estão associadas à nossa iniciativa de descentralização, designadamente no que se refere às áreas metropolitanas, às associações de municípios.

Depois, no primeiro trimestre de 2008 entrará na AR a nova proposta de legislação laboral. O debate está a decorrer, a comissão do Livro Branco já apresentou o relatório preliminar e apresentará o relatório final no Outono.

Vem aí a flexissegurança?

Como tem dito o ministro Vieira da Silva, a questão essencial que nos preocupa é, salvaguardando os direitos dos trabalhadores, aumentar as condições de adaptabilidade e a flexibilidade na organização das empresas. A nossa equação é simples: conciliar direitos dos trabalhadores e adaptabilidade das empresas.

Como é que reage às críticas da oposição de que o Governo do PS enveredou pelo controlo da opinião e da informação?

Eu acho que essas críticas só demonstram o desespero em que a oposição se encontra, sem agenda alternativa à do Governo, e também mostram a dessintonia em que a oposição se encontra face aos problemas e anseios do país. Eu não comento insinuações nem juízos de intenção. Eu contraponho factos. E, por isso, começo por realçar que pela primeira vez na democracia portuguesa mudou-se de governo e a administração do serviço público de rádio e televisão permaneceu. É preciso recordar que ano após ano e governo após governo sempre que mudava a maioria política era substituída a administração do serviço público de rádio e televisão. E este Governo acabou com esse calvário. O que significa, aliás, que não houve nenhuma mudança, nem na administração, nem na direcção de informação, nem na direcção de programas, seja na rádio, seja na televisão. Nada mudou. Portanto, quanto a controlo estamos conversados, porque é preciso comparar com o passado. Houve tempos em que ministros do governo se permitiam pressionar publicamente a RTP e as televisões privadas. É preciso lembrar que na anterior maioria de direita houve programas de televisão que terminaram por vontade do ministro da

tutela publicamente expressa. Todos nós nos recordamos, por exemplo, do que aconteceu ao programa “Acontece” do 2º canal da RTP.

Outro facto que vale a pena registar é que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que está em actividade, resultou de uma revisão constitucional feita em 2004, aprovada pelo PSD, PS e CDS, que determinou as atribuições da Entidade Reguladora e a forma da sua designação, que era por maioria alargada na AR, o que implicava acordo entre a maioria e a oposição. O que este Governo e esta maioria fizeram foi aplicar e seguir a Constituição e, portanto, a ERC é revista, com as atribuições que a Constituição lhe confere. E a lei que criou a ERC foi aprovada por mais de nove décimos dos deputados na Assembleia da República. E os membros que compõem a ERC foram designados pela AR por mais de quatro quintos dos deputados. Assim, a ERC é completamente independente do Governo e também da oposição, naturalmente. As licenças de televisão são renovadas pela ERC e se houver novas licenças são atribuídas pela ERC. A última vez

“A saída de António Costa significou a saída de um excelente ministro, mas os benefícios que a cidade de Lisboa e o país vão ter com António Costa como presidente da Câmara sobrepõem essa saída. E esta é a melhor prova que o PS leva a sério as eleições, porque escolheu o melhor candidato”

em que um Governo atribuiu licenças de televisão foi um governo do PSD. Com o PS, não é o Governo que atribui ou renova as licenças de televisão. Portanto, essa insinuação torpe que às vezes se faz de que estamos a inspirar-nos no sr. Chávez, que agora recusou a renovação de uma licença de televisão, não faz qualquer sentido.

Como comenta as queixas do PSD sobre uma alegada influência do Governo sobre os “media”?

Não fazem qualquer sentido. O que vale a pena assinalar é que sempre que o PSD tem apresentado queixas sobre a suposta influência ilegítima do Governo sobre os meios de Comunicação Social, mais especificamente sobre a televisão pública, a ERC tem investigado e concluído que não têm qualquer fundamento.

Agora o que é preciso também ter em atenção é que há uma linha política ou profissional que acha que os órgãos de Comunicação Social não têm de responder perante ninguém, só que eu devo dizer que esta não é a lógica da nossa Constituição, que diz que há liberdade de expressão, que há direito à informação de todos e que compete ao Estado assegurar a não concentração da propriedade

dos meios de comunicação social, bem como a independência perante o poder político e o poder económico e o pluralismo, através de uma entidade administrativa independente.

Portanto, quando nós estamos a propor uma lei sobre a não concentração, quando estamos a propor uma lei sobre a televisão, que tem especial cuidado com as questões do pluralismo e da diversidade da programação, quando nós propusemos o Estatuto do Jornalista, que reforça os direitos e a independência profissional, o que estamos a fazer é cumprir a Constituição.

Quanto à liberdade de opinião, assistimos num recente debate parlamentar aos diversos partidos da oposição a apresentarem um conjunto de casos e situações que têm feito manchete nos jornais. Quer comentar?

Sim, com todo o gosto. A nossa linha política, escrupulosamente democrática, é a seguinte: todos têm liberdade de expressão e ninguém pode ser perseguido pelo chamado delito de opinião e o limite a isto é o que diz a Constituição, que é o limite da injúria, da calúnia, ou da difamação. Se esse limite for violado entre particulares compete a estes dirimirem a causa em tribunal; se esse limite for violado em espaços públicos e essa violação implicar quebra de deveres dos funcionários ou dirigentes, essa quebra de deveres deve ser averiguada pelas vias próprias, ou seja, processos disciplinares com todas as garantias de defesa dos interessados.

O que este Governo garante a todos é não que pactuará com qualquer tentativa de condicionar a liberdade de expressão das pessoas e estamos certos que os tribunais procederão da mesma maneira.

Agora nós também achamos que os serviços públicos que atendem os cidadãos não devem ser transformados em instâncias de luta político-partidária e que é preciso que os profissionais não confundam a instituição pública onde prestam o serviço às pessoas com o placar do partido, do sindicato ou da associação a que pertencem, que são coisas diferentes.

A sua relação com os jornalistas não tem sido fácil. O que é que o Estatuto dos Jornalistas trouxe que os pôs contra si?

O que eu posso dizer é que temos conduzido a revisão do Estatuto dos Jornalistas com todo o cuidado. O primeiro projecto foi colocado a consulta pública há dois anos e discutido com os parceiros – sindicato e Confederação de Meios – durante todo este período. O novo estatuto aprovado na AR reforça os direitos e os deveres dos jornalistas. Reforça os deveres dos jornalistas, apertando o regime de incompatibilidades, já que uma coisa é ser jornalista e outra coisa é ser agente de comunicação e marketing, prevenindo, pela primeira vez, a possibilidade de se sancionar infracções aos deveres profissionais dos jornalistas e que são sanções sobretudo de natureza moral – advertência e repreensão, que em casos-limite pode ir à suspensão da actividade, mas que só podem ser aplicadas por jornalistas. Portanto,

regime estrito de auto-regulação.

Quanto aos direitos, este estatuto reforça o direito dos jornalistas à cláusula de consciência, ao sigilo profissional, reforça ainda o direito de participação dos conselhos de redacção e os direitos dos jornalistas a verem reconhecidos os direitos sobre as suas obras criativas.

Apesar das medidas difíceis que tem tomado ao longo destes dois anos, o Governo continua a ter bons resultados nas sondagens. Como explica este facto?

As últimas quatro sondagens que eu conheço colocam o PS entre 40 e 47 por cento das intenções de voto, o que não é um resultado que me deixe muito preocupado. Mas mais do que as sondagens eu realçaria que nestes dois anos o Governo do PS celebrou cinco acordos de concertação social, o que é certamente o contrário de um suposto Governo autista.

E sublinharia ainda que nós temos cumprido estratégias políticas que passaram pelo voto dos portugueses, designadamente o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez. Temos também o reconhecimento e o apoio explícito da larguíssima maioria, senão da unanimidade das organizações internacionais de referência, em matéria de política económica e social. Por exemplo, a OCDE saudou a nossa reforma da Segurança Social como uma reforma paradigmática, e o FMI, a Comissão Europeia e a OCDE têm-se sistematicamente aproximado das metas e das previsões do Governo em matéria de política orçamental e económica.

Mas a oposição tem omitido no seu discurso completamente esses factos.

Nós sabemos bem que o facto de o PS estar no Governo, significa há outros que gostariam de estar e não estão. A direita dorme mal com o facto de a esquerda estar no Governo, porque a direita tem um bocadinho a ideia de que é a dona natural do poder. Agora é evidente também que por razões naturais um certo vazio da agenda política da oposição tende a ser preenchido por uma agenda dos “media” mais agressiva. Mas isso é a democracia, que é um sistema de equilíbrio de contrapoderes. Por isso, num momento em que o PSD e o CDS se digladiam internamente, em que é patente a sensação de esgotamento da agenda do Bloco de Esquerda, e em que as posições do PCP são assustadoramente conservadoras, é natural que a opinião pública publicada tenda a ocupar esse espaço vazio.

Trabalhou com António Costa nos governos de António Guterres e de José Sócrates, como vê a candidatura do ex-ministro da Administração Interna à Câmara de Lisboa

A minha opinião é a seguinte: a saída de António Costa significou a saída de um excelente ministro, mas os benefícios que a cidade de Lisboa e o país vão ter com António Costa como presidente da Câmara sobrepõem essa saída. E esta é a melhor prova que o PS leva a sério as eleições, porque escolheu o melhor candidato.

ZORRINHO DIZ QUE 95 POR CENTO DAS MEDIDAS ESTÃO EM EXECUÇÃO



PLANO TECNOLÓGICO

NOVENTA e cinco por cento das 117 medidas previstas no Plano Tecnológico programa governamental para a proliferação das novas tecnologias e aumento da competitividade através da aposta na inovação estão em execução, anunciou o coordenador da iniciativa, Carlos Zorrinho.

“O Plano Tecnológico é neste momento um plano em plena execução, 95 por cento das medidas estão em execução, o reflexo do QREN é muito forte, 82 por cento do QREN foram reconhecidos pela Comissão Europeia como sendo verbas que contribuem para a Estratégia de Lisboa, dessas verbas, 62 por cento são focadas estritamente naquilo que é a agenda do Plano Tecnológico”, disse.

O relatório de execução do Plano Tecnológico foi apresentado por Zorrinho no conselho consultivo do programa, num encontro que contou com a presença da comissária europeia da Concorrência, Neelie Kroes, e do ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho.

No último balanço, realizado em Novembro de 2006 altura em que o Plano Tecnológico fez um ano, 89 por cento das 113 medidas previstas na altura estavam executadas ou em fase de concretização.

O número de medidas foi entretanto aumentado para 117 e actualmente apenas seis medidas estão fase de preparação.

Segundo Carlos Zorrinho, os resultados que foram sendo alcançados com a aplicação do Plano, como o crescimento da economia, o aumento das exportações, do emprego qualificado e o facto de Portugal tornar-se um país mais atractivo para o investimento, já podem ser avaliados.

“Quando Portugal cresce dois por cento no primeiro trimestre de 2007, quando as exportações crescem mais de 20 por cento no primeiro trimestre de 2007, quando Portugal é o país que cresce mais na oferta de emprego em serviços altamente qualificados, quando Portugal passa de um saldo negativo no investimento estrangeiro em 2004 para o sétimo país da OCDE no ‘ranking’ de atracção de investimento estrangeiro, quando Portugal volta a recuperar mais 200 mil alunos que entram no sistema, quando 250 mil portugueses estão disponíveis para ir aprender de novo, isso significa que as pessoas perceberam uma coisa óbvia, vamos subir na cadeia competitiva, vamos competir a outros níveis e temos de ter outras qualificações porque senão ficamos fora do mercado de emprego, ficamos fora do mercado global”, sublinhou.

O coordenador do Plano Tecnológico apontou ainda como objectivo que no segundo aniversário da introdução do Plano, em Novembro, a execução das medidas esteja nos 100 por cento.

“BragaDigital” avança com 12 milhões de euros

A PROPOSTA final do projecto “BragaDigital”, uma iniciativa no âmbito do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento que congrega esforços da autarquia local, do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Minho e da Universidade do Minho, foi homologada pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago.

Representando um investimento global de 12 milhões de euros, esta iniciativa tem o objectivo de proporcionar aos municípios, empresas e visitantes um ambiente favorável ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento, em articulação com o programa “Cidades e Regiões Digitais”.

Pretende também tornar a urbe bracarense numa das cidades europeias mais avançadas e competitivas na economia digital, dando cumprimento à designada “Declaração de Lisboa”.

Os objectivos gerais do projecto prendem-se com o de-



envolvimento sustentado da cidade, promoção do bem-estar dos cidadãos, exercício da cidadania, facilitação do acesso à informação, à cultura e à formação, melhoria dos serviços da Administração Local e do aten-

dimento ao cidadão e promoção do emprego, da info-inclusão, igualdade de oportunidades e da justiça social.

De referir que alguns dos projectos incluídos neste “pacote” se encontram já em execução e que

os 16 sub-projectos agora ratificados – cujo acompanhamento técnico e de gestão compete ao programa “BragaDigital” e à Câmara Municipal de Braga – deverão estar concluídos em Dezembro de 2008. M.R.

NA VANGUARDA DAS NOVAS TECNOLOGIAS

CMB Mais Próximo do Cidadão – 1,3 milhões de euros

Visa disponibilizar serviços que promovam a melhor e mais eficaz interacção entre o cidadão e a administração local.

Balcão Digital de Águas e Ambiente – 2,3 milhões de euros

Em execução pela empresa Municipal “Agere, EM”, tem por objectivo melhorar a gestão ambiental e do meio hídrico, optimizando o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, através da participação do cidadão na recolha e publicação de informação web e geo-referenciada.

“SIM Empresas” – 960 mil euros

Da responsabilidade da Associação Industrial do Minho, o sistema de informação a desenvolver neste âmbito propõe-se disponibilizar um directório de empresas geo-referenciado e respectivas informações bem como um conjunto de serviços on-line de apoio ao dia-a-dia empresarial.

“Portal BragaDigital” – 500 mil euros

Pronto para concurso pú-

blico e com um prazo de execução de nove meses, visa criar e manter um portal regional que funcione como instrumento integrador de conteúdos e serviços relevantes para o município, empresas e visitantes.

Hotspots e Quiosques Multimédia – 300 mil euros

Trata-se de uma plataforma de divulgação ao município e de promoção turística da cidade de Braga com recurso aos mais avançados suportes da tecnologia multimédia.

Miradouros Virtuais – 175 mil euros

Consiste na instalação de equipamentos audiovisuais em pontos-chave do concelho que simulam a funcionalidade dos binóculos típicos dos miradouros, acrescentando-lhe uma componente virtual, aumentada, sobreposta à imagem real.

Datacenter – 800 mil euros

Tem por objectivo a criação de uma plataforma tecnológica central de suporte aos sistemas de informação dos diferentes sub-projectos do

“BragaDigital”.

Anel de Banda Larga em Fibra Óptica – 700 mil euros

É uma infra-estrutura para criação, numa primeira fase, de uma rede de comunicação de dados de alta velocidade, cobrindo os diversos locais da Câmara Municipal de Braga e da Universidade do Minho. Poderá ser alargada a outros espaços em fases posteriores, designadamente a escolas ou autarquias locais.

Sistema de Informação Geográfica de Braga na Web” – 500 mil euros

Prevê a criação de uma base cartográfica geo-referenciada com um novo modelo de dados, organizado por categorias de informação.

Centro de Interpretação e “Museus Virtuais” – 235 mil euros

Serão constituídos centros nos espaços museológicos municipais para apoio aos visitantes, com recurso a suportes digitais, disponibilizando conteúdos, reconstituições virtuais, animações e imagens reais

Sistema de Exploração de Transportes Urbanos – 820 mil euros

Consiste na implementação de um “Sistema de Ajuda à Exploração e Informação” que disponibilizará, em tempo real, informações dos diversos parâmetros da frota da transportadora, tanto aos cidadãos como aos gestores de rede, nomeadamente horários e trajectos de veículos, entre outras.

Telemetria dos Ecopontos – 990 mil euros

Visa solucionar muitas das debilidades existentes na actual gestão do sistema de recolha de ecopontos. Com a sua implementação será possível determinar as quantidades depositadas em cada ponto de forma mais pormenorizada, podendo determinar-se os totais de deposição em ecopontos por freguesia e mesmo por contentor.

Centro de Demonstração” – 225 mil euros

Pretende dotar a cidade de um espaço físico e virtual de promoção e demonstração dos sub-projectos desenvolvidos

no âmbito do “BragaDigital”, disponibilizando um serviço especializado de acesso aos conteúdos e à utilização dos serviços disponibilizados.

Portal Pedagógico – 175 mil euros

Trata-se de um centro virtual de recursos educativos dirigido aos alunos do 1º ao 3º ciclos do ensino básico do concelho para apoio ao ensino presencial.

Guias Móveis – 145 mil euros

Será disponibilizada aos visitantes do concelho uma aplicação de software para dispositivos de computação móvel que permitirá enriquecer a experiência da visita, através da disponibilização em várias línguas, de um conjunto alargado de informação complementar sobre os temas/objectos de interesse turístico.

Screen Media – 120 mil euros

Passa pela implementação, nos museus da cidade, de uma rede de ecrãs controlados por computador, nos quais será disponibilizado um canal de conteúdos multimédia de carácter informativo, promocional e de entretenimento.



O PS EM VILA REAL

FEDERAÇÃO

Inerentes

Ascenso Simões
Vila Real - Membro do Governo

Pedro Silva Pereira
Membro do Governo

António Alves Martinho
Vila Real - Governador Civil/Org.Nacional

Estanislau Salgado
Juventude Socialista

Norberto Almeida
Juventude Socialista

Vítor Gomes
Juventude Socialista

Vítor Iria
Juventude Socialista

Edite Sousa
Murça - Membro Órgãos Nacionais

Fernando Rodrigues
Montalegre - Membro Órgãos Nacionais

Abílio de Freitas Pereira
Boticas - 1º Eleito Câmara Municipal

Maria Aline Caetano
Chaves - 1º Eleito Câmara Municipal

José Maria Costa
Murça - 1º Eleito Câmara Municipal

Vítor Almeida
Peso da Régua - 1º Eleito Câmara Municipal

João Noronha de Carvalho
Ribeira de Pena - 1º Eleito Câmara Municipal

Francisco Ribeiro
Sta. Marta de Penaguião - Presidente da Câmara

Ilídio Fontoura
Vila Pouca de Aguiar - 1º Eleito Câmara Municipal

Artur Vaz
Vila Real - 1º Eleito Câmara Municipal

Joaquim Cerca
Alijó - Presidente da A.M.

António Caldelas
Boticas - 1º Eleito A.M

Alcides Amaral
Mondim de Basto - 1º Eleito A.M

Joaquim Pires
Montalegre - Presidente da A.M.

José Carlos Simões
Peso da Régua - 1º Eleito A.M

Guilhermino Reis
Sta. Marta de Penaguião - Presidente da A.M.

Carlos Mesquita
Valpaços - 1º Eleito A.M

Carlos Leal da Costa
Vila Pouca de Aguiar - 1º Eleito A.M

Carlos Coelho Pires
Vila Real - 1º Eleito A.M

Eleitos

Júlio Montalvão Machado
Chaves - Presidente Honorário

Artur Cascarejo
Alijó - Presidente da CPF

Rodrigo Pizarro
Sabrosa - 1º Secretário

Mário Sousa Pinto
Mesão Frio - 2º Secretário

Abílio Pereira
Mondim de Basto

Ana Maria Gomes Azevedo
Mesão Frio

António Fidalgo
Montalegre

António Graça
Sabrosa

António Joaquim Fernandes
Alijo

Arlindo Gonçalves
Boticas

Armando Conceição
Vila Real

Avelino Gomes Amaral
Sta Marta Penaguião

Carlos Manuel Silva
Vila Real

Carlos Miranda
Mesão Frio

Domingos Sabroso
Ribeira de Pena

Eduardo Milhões Pinheiro
Murça

Elias Ferreira Pereira
Valpaços

Ernesto Mesquita
Sta Marta Penaguião

Felisberto Pina
CTT

Francisco Esteves
Chaves

Francisco Melo
Chaves

Gisela Espírito Santo
Chaves

Helena Gil
Vila Real

Jorge Ginja
Vila Real

José Alberto Queirós Pereira
Peso da Régua

José Direito
Valpaços

José Manuel Guedes Ferreira
Vila Real

José Manuel Matias
Vila Pouca de Aguiar

Júlio Eliseu Alves
Chaves

Luís Machado
Santa Marta

Manuel Adérito Figueira
Alijo

Manuel Catumba
Valpaços

Manuel Orlando Alves
Montalegre

Manuel Sequeira
Peso da Régua

Maria Eduarda Sampaio
Alijo

Paulo Cruz
Montalegre

Rodrigo Sá
Vila Real

Telmo Pinto
Alijo

COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

Helena Ervedosa Pavão
Sabrosa - Presidente

Hélder Carvalho Nunes
Vila Pouca de Aguiar

Francisco António Barros
Chaves

Júlio Fonseca Esteves
Mesão Frio

Luís Manuel Assunção
Alijo

Francisco Machado
Mondim de Basto

Armando Portela
CTT

António Manuel Almeida
Chaves

COMISSÃO FEDERATIVA DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Adriana Granate Costa
Vila Real - Presidente

Pedro Jorge Diegues Cruz
Chaves

José Manuel Osório Nogueira
Peso da Régua

Bruno Tiago Pinto
Alijo

António Ramos
Mondim de Basto

Sílvia Fonseca Silva Guedes
Sta Marta Penaguião

Albino Moura Fecha
Ribeira de Pena

João Ribeiro Borges
Sta. Marta de Penaguião

SECRETARIADO DA FEDERAÇÃO

Rui Santos
Vila Real - Presidente

António Gonçalves Lopes
Vila Real

Ema Gonçalo
Valpaços

Francisco Rocha
Vila Real

Humberto Cerqueira
Mondim de Basto

Jorge Almeida
Peso da Régua

José Alberto Araújo
Sta. Marta Penaguião

José António Mendes
Chaves

José João Bianchi
Vila Real

Luíz Azevedo
Alijó

Maria Clara Guerra
Murça

Maria Helena Rodrigues
Ribeira de Pena

Nuno Vaz Ribeiro
Chaves

Paula Cristina Barros
Chaves

Paulo Pomar
Vila Real

Rui Crespo
Vila Pouca de Aguiar

Brigite Gonçalves
Mulheres Socialista

José Joaquim Abraão
Rep. Sindical

Fernando Morgado
JS

PRESIDENTES DE CONCELHIA

Vítor Silva
Alijo - Presidente da CPC

Américo Barroso
Boticas Presidente da CPC

Nuno Vaz
Chaves Presidente da CPC

Albino Morais Fidalgo
Montalegre Presidente da CPC

Mário Pinto
Mesão Frio Presidente da CPC

Humberto Cerqueira
Mondim de Basto Presidente da CPC

Edite Sousa
Murça Presidente da CPC

Manuel Macedo
Peso da Régua Presidente da CPC

João Noronha de Carvalho
Ribeira de Pena Presidente da CPC

Joaquim Cabeço
Sabrosa Presidente da CPC

Francisco Ribeiro
Sta. Marta de Penaguião Presidente da CPC

Ema Gonçalo
Valpaços Presidente da CPC

Rui Crespo
Vila Pouca de Aguiar Presidente da CPC

Adriano Vítor Hugo Gomes
Vila Real Presidente da CPC

Felisberto Pina
CTT Presidente da Secção

José Abraão
Rep. Sindical Rep. Sindical

FEDERAÇÃO DISTRITAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA

Coordenador Distrital

Fernando Morgado

Secretariado da Federação

Alice Mota

Ana Daniela Alves

António Castanheira

Bruno Rego

Ivo Oliveira

João Noronha

João Paulo Catarino

Mário Renato Barros

Marta Castro

Norberto Almeida

Pedro Bastos

Vítor Carvalho

Vítor Iria

Vítor Gomes

Comissão Política Federativa

José António Pinto – Presidente

António Castanheira

João Noronha de Carvalho

João Barbosa

João Paulo Catarino

Maria Alice Mota

Mário Rodrigues

Marta Castro

Norberto Almeida

Ricardo Brites

Ricardo Liberato

Sílvia Sabroso

Vítor Carvalho

Vítor Gomes

Vítor Iria

João Álvaro Ribeiro

António Morais

Carla Tavares

José Cardoso

Márcio Nóbrega

Nuno Chaves

Paulo Pereira

Ricardo Almeida

Tiago Caldas

Conselho Federativo de Jurisdição

Nuno Silva
Presidente

Hugo Henriques

Ana Pires

Mariana Roque

Duarte Barbosa

DEPARTAMENTO FEDERATIVO DAS MULHERES SOCIALISTAS

Brigite Gonçalves

Ana Margarida Chaves

Carla Carvalho

Carla Maria Tavares

Carla Paula Alves

Ema Gonçalo

Gisela Espírito Santo

Helena Ervedosa Pavão

Lídia Santos

Maria Edite Sousa

Maria Eduarda Sampaio

Maria Fátima Alves

Maria Helena Rodrigues

Maria Irene Novais

Odete Guedes

Olímpia Vinhas

Suplentes

Emília Sousa

Maria Odete Serra

Mariana Cardoso

Anabela Cruz

Maria Adelaide Carvalho

Maria Clara

Ria Carvalho

Maria Goretti

Inerentes

Paula Barros

Maria Helena Barros

Secretariado

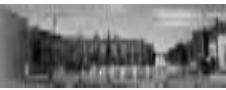
Brigite Gonçalves
Presidente

Ema Gonçalo

Gisela Espírito Santo

Helena Ervedosa Pavão

Maria Irene Novais



RUI SANTOS, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

“Este Governo tem cumprido pontualmente os compromissos com o distrito”

Num distrito envelhecido e em que o poder de compra global e individual é inferior a 75 por cento da média nacional, o Governo apoia com mais de 30 milhões de euros anuais largas dezenas de instituições de solidariedade, abrangendo 11.700 utentes, e o complemento solidário para idosos já chegou a 2500 idosos, afirma o presidente da Federação de Vila Real, Rui Santos, para quem esta é a prova da sensibilidade social do Executivo, que “tem cumprido pontualmente os compromissos com o distrito”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Rui Santos realça ainda que no último ano o primeiro-ministro esteve cinco vezes no distrito, o que atesta bem da importância que o Governo coloca no desenvolvimento do interior.

J.C. CASTELO BRANCO

Eleito há um ano presidente da Federação, quais os principais desafios que se têm colocado à sua liderança?

Nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro de 2005, conseguimos ser, pela primeira vez, a força política mais votada no distrito.

Em Vila Real, observou-se algo mais do que o mero efeito da subida geral do PS, pois, aqui, acrescentámos 12 por cento à votação obtida em 2001, quando o aumento médio do PS, no país, foi de 7,2 por cento.

Estes resultados aumentaram as nossas responsabilidades. O respeito por quem constitui o partido e nele milita e pelos milhares de simpatizantes e eleitores do PS neste distrito, obrigou a que os órgãos federativos e eu próprio agíssemos de forma a tentar credibilizar a política, exercendo uma magistratura de influência junto do poder central, levantando problemas, mas também apresentando soluções.

Que balanço faz deste primeiro ano de mandato?

Esse balanço estará sempre associado ao bom, ou mau, desempenho do todo nacional. Mas julgo, em consciência, que uma das marcas do nosso trabalho é o apoio lucidamente crítico e activamente empenhado ao Governo que, a nosso ver, definiu um rumo claro, firme e progressista, cumpre os compromissos firma-

dos no programa eleitoral do PS e prossegue, no global, políticas consonantes com a nossa identidade política, respeitando e desenvolvendo o nosso património ideológico. Por outro lado, queremos acreditar que o reafirmar e assumir as responsabilidades para com o distrito, num esforço, inevitavelmente custoso, de inverter o plano inclinado do empobrecimento, da marginalização e da desertificação das terras em que vivemos, e de, passo a passo, tentar melhorar as condições de vida na região, deixará uma forte impressão digital do nosso trabalho neste último ano.

Quer destacar algumas das iniciativas levadas a cabo pela Federação?

Ao longo deste último ano realizámos vários fóruns, debates e conferências, sobre temas transversais à sociedade e que a preocuparam, criando uma relação institucional permanente e aberta, entre o partido, a sociedade civil e independentes. Dou como exemplo sessões em que participaram Carlos Lage, Vitalino Canas, Ana Paula Vitorino, Eduardo Cabrita, Fernando Serrasqueiro, Maria de Lurdes Rodrigues, Jorge Lacão, entre outros.

Realço sobretudo o acompanhamento de todos os dossiês importantes para o distrito de Vila Real como, por exemplo, o QREN, PRACE, investimentos. Como resultados deste acompanhamento, destaco a criação da Unidade de

Missão para o Douro e o reforço dos investimentos na rede viária deste distrito (A4, A7 e A24). No último ano José Sócrates esteve cinco vezes no distrito. Conhece e sabe bem o que queremos e o que nos preocupa.

A curto prazo, que iniciativas estão previstas?

Ainda no mês de Julho, realizaremos a tradicional Festa Distrital em Vila Pouca de Aguiar, associando a este evento uma homenagem a todos os presidentes da Federação do PS, ao longo dos últimos 30 anos, assim como aos presidentes e ex-presidentes de Câmara eleitos, no distrito, pelo PS.

Também apoiaremos a Universidade de Verão da JS do Distrito de Vila Real, sobre o tema “O Desafio Europeu”, que se realizará na primeira quinzena de Setembro.

Como têm decorrido as relações com a JS e as Mulheres Socialistas?

As relações com ambas as estruturas são de respeito, cooperação e autonomia. O seu empenho, apoio e colaboração, e também a sua reflexão, atenta, crítica e construtiva, têm permitido que o PS em Vila Real sirva melhor as gentes do distrito.

E com as secções e concelhias?

As concelhias são a nossa raiz, a base de sustentação do PS no território.



O nosso lema com as concelhias é o da “máxima liberdade, dentro da máxima responsabilidade”.

Em conjunto com os órgãos concelhios temos feito a avaliação do trabalho realizado e da percepção pública dos seus efeitos, na superação de dificuldades de comunicação, no seio do partido e do partido com a sociedade, no acolhimento dos anseios e na resposta aos problemas das comunidades, na formação e dinamização de grupos de suporte aos líderes concelhios, na elaboração e divulgação de propostas e programas eleitorais.

Quais os principais problemas que identifica no distrito de Vila Real?

O distrito foi-se desertificando, 12 dos nossos 14 concelhos vivem na designada “morte social”, isto é, entre outros factores, o índice do poder de compra global e individual é inferior a 75 por cento da média nacional.

Aqui escasseiam empregos, porque não existem investimentos empresariais, e as pessoas abandonam as nossas terras, porque não encontram oportunidades de trabalho.

Segundo o INE, entre 1981 e

2004, o distrito perdeu 40 mil habitantes e o índice de envelhecimento passou de 71 para 147 por cento.

Há que fazer tudo o que for necessário para, dentro do possível, superar este drama. O Governo tem ajudado, pagando paulatinamente a dívida do país para com o distrito, permitindo e incentivando investimentos estruturais para a região. Há pouco tempo, tivemos um Governo presente onde se anunciaram e explicaram importantes investimentos para a região.

Assim, são enormes as responsabilidades que recaem sobre os responsáveis políticos distritais. Não nos resignaremos à proclamação errónea de que os ganhos de produtividade impostos pela globalização e pela competição internacional tornam inevitável a concentração geográfica de recursos humanos e materiais, onde já existem equipamentos, empresas e gente qualificada, ou seja, nas zonas urbanas do litoral. Em todos os momentos e em todos os lugares testemunharemos a convicção de que só haverá desenvolvimento, se se preservar e fortalecer a coesão social e territorial em todo o país.



da Unicer no complexo das Pedras Salgadas/Vidago, como sendo de potencial interesse nacional, apoiou a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em dois projectos de referência, abriu concurso para adjudicação de três centrais de Biomassa na região, criou a estrutura de Missão para o Douro, vai investir em saneamento básico e abastecimento de água mais de 33 milhões de euros em 2007, lançou o Espaço Torga (Museu Miguel Torga), abriu concurso para a A4, prevendo-se no primeiro trimestre de 2008 a sua adjudicação entre Vila Real e Amarante.

Mas o verdadeiro teste à credibilidade da sensibilidade social que o Governo justamente reclama como sua está na forma como trata os mais desfavorecidos e os mais débeis. Neste distrito, já apoiamos com mais de 30 milhões de euros anuais 87 instituições abrangendo mais de 11.700 utentes (crianças e idosos).

Também o Complemento Solidário para Idosos já auxiliou mais de 2900 cidadãos, dando mais a quem mais precisa.

Por outro lado, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) teve em conta, no fundamental, as especificidades da região. Vemos com legítimas expectativas e fundadas esperanças a operacionalização do Quadro Comunitário (QREN) com incidência no distrito.

Nem tudo está feito mas temos razões para acreditar que este Governo deixou de lado os paliativos e assumiu, em termos de desenvolvimento regional, políticas activas, agressivas e consequentes para com os espaços mais frágeis, como o distrito de Vila Real.

De que forma é que a Federação está a trabalhar com os nossos eleitos no poder local com vista às próximas eleições autárquicas?

Reunimos com periodicidade e sempre que é necessário.

Debatemos, reflectimos e tentamos, em conjunto, encontrar as melhores soluções para os problemas que vão surgindo, sempre em moldes pró-activos, tendo o futuro como referência. Este trabalho, em regra, é feito com as concelhias. Sempre que possível propiciamos encontros entre os autarcas e os membros do Governo.

Que balanço faz dos dois anos de governação socialista e da acção do primeiro-ministro?

O Governo liderado pelo José Sócrates enfrentou uma grande crise financeira e económica que exigiu a adopção de medidas duras e impopulares.

Apesar disso, uma grande maioria de portugueses reconhece que este Governo apoiado pelo PS tem feito um bom trabalho.

O rumo traçado está a produzir bons resultados. Sei que tem faltado, aqui e ali, articulação, um ou outro problema está mal resolvido, muitas vezes existem frustrações pessoais e colectivas,

num ou noutro sector.

Mas existe, como já disse, um rumo claro. A boa gestão é claramente uma realidade, um facto, uma constatação associada a este Governo.

Como avalia a o trabalho da Câmara de Vila Real, capital do distrito?

O Município de Vila Real é desde as primeiras eleições autárquicas, em Dezembro de 1976, governado pelo PSD. O primeiro, o principal, o mais constante responsável por este governo, tem um nome, tem um rosto, é o actual presidente da Câmara. Existe claustrofobia, acomodação e tiques de autismo por parte do actual Executivo camarário.

O Município tem sido salpicado por múltiplas realizações, quase todas, mais por influência indutora do exterior, seja dos governos, seja de empresários, do que por mérito, vontade e planeamento de quem o tem dirigido.

O concelho tem-se transformado, mas as mudanças são evidentes sobretudo quando o PS governa o país: as transferências para a autarquia cresceram, entre 1995 e 2006, 117 por cento, e a Administração Central apoiou a construção de um Teatro Municipal, incrementou o Polis, fez investimentos no ambiente, entre outras realizações. Esta é a verdade.

Todavia, o Município nem sempre o tem caminhado no sentido correcto. O cuidado com o urbanismo foi pouco, o parque escolar da responsabilidade da autarquia é muito fraco, a rede desportiva é desadequada, os instrumentos de gestão estratégica não existem, o mundo rural não tem sido tratado como merece.

Existe um poder instalado, sem liderança e visão de futuro, incapaz de estabelecer parcerias com as instituições locais. É algo que urge mudar. O PS tem obrigação de ajudar a criar condições para fixar aqui competências, população, gerando melhores condições de vida para quem habita ou quer habitar este concelho.

Quais os princípios em que deve assentar o socialismo democrático, na actual conjuntura marcada pela globalização sem regras?

Aos ideias nucleares do socialismo democrático – liberdade, equidade na diversidade, justiça social, segurança individual e colectiva, responsabilização da colectividade pelos requisitos básicos da dignidade humana, perante os poderes fácticos e instituídos, no trabalho, na educação, na saúde –, que quase consolidaram o estatuto de incontroversas aquisições civilizacionais, juntaram-se novas preocupações e aspirações, como, por exemplo, as relacionadas com o equilíbrio ecológico, com a qualificação e coesão dos territórios, com a sustentabilidade do desenvolvimento e dos meios de protecção das pessoas e das populações, com a transparência e a

publicidade das decisões políticas e administrativas, com as exigências da convivência interétnica e multicultural, com a igualdade entre géneros, com o respeito pela especificidade dos grupos etários, com o direito à autodeterminação da vida íntima e com a inviolabilidade da vida privada.

Tudo isto converge no reconhecimento de que, em circunstâncias historicamente inéditas, sob o impulso de desafios estimulantes, como o de garantir que os frutos da prodigiosa produtividade científica e tecnológica que testemunhamos sejam efectivamente colocados ao serviço da humanidade, e, por vezes, sob a pressão de ameaças perturbantes, como os conflitos bélicos, o terrorismo e o crime organizado, que não deixaram de se multiplicar, a democracia precisa de ser permanentemente aperfeiçoada, melhorando as formas de representação e de participação, revalorizando a ideia de serviço público e recuperando a credibilidade da política e dos políticos.

No plano da gestão quotidiana, penso que o pragmatismo sensato dos “pequenos passos” permitindo a correcção tempestiva dos erros, sempre inevitáveis, e substituindo a pretensão dogmática de que se possui um infalível receituário configurador de soluções antecipadas para todos os problemas esboça o caminho para a “sociedade aprendente”, capacitando-nos para enfrentar a complexidade do mundo contemporâneo.

Contudo, tal não significa que estejamos condenados a desistir de ambições mais amplas e da procura sistemática e crítica de vias para as concretizar. O nosso património ideológico não é estático e invariante. Pelo contrário, está vivo, porque, como qualquer outro património material ou imaterial, se renova continuamente, sem alienar a herança que nos foi legada.

Há alguma mensagem especial que gostasse de dirigir aos militantes vila-realenses?

A política é um espaço que exige coerência e responsabilidade. Se no PS distrital formos capazes de olhar à volta e de ver as condições em que a vida das “nossas gentes” realmente se faz, o que a restringe e as suas virtualidades latentes ou manifestas, se interpretarmos as preocupações e os sonhos dos nossos concidadãos, se soubermos, em cada momento, discernir o essencial e subalternizar o acessório, se nos unirmos em torno do que verdadeiramente interessa, procurando descobrir e destacar quem possa de facto transformar os projectos em obras, quem possa agregar pensamentos e sentimentos e transmudá-los em catalizadores para acção, se superarmos as desconfianças mútuas e robustecermos a confiança comum, um dia seremos, duradoura e generalizadamente, maioritários no distrito de Vila Real. Porque sei que posso contar com a ajuda de todos, confio absolutamente que estamos próximos desse dia.

As concelhias são a nossa raiz, a base de sustentação do PS no território”

“Os nossos autarcas sabem que o Governo pode ajudar os seus municípios de forma decisiva, mas também interiorizam que, para melhorar de facto a vida nas suas terras, é necessário o contributo dos empresários e das forças vivas dos seus concelhos

Que avaliação faz da acção dos nossos autarcas no distrito?

Globalmente o seu trabalho é muito positivo, focando-se na qualificação dos territórios dos seus concelhos e na valorização do património e das pessoas. O seu sentido de serviço público, a sua determinação e visão integrada são amplamente reconhecidos.

A gestão das autarquias PS marca bem a diferença, pela positiva, contrastando com a gestão PSD. Os nossos eleitos sabem que o Governo pode ajudar os seus municípios de forma decisiva, mas também interiorizaram que, para melhorar de facto a vida nas suas terras, é necessário o contributo dos empresários e das forças activas dos seus concelhos. Vão atrás de investimentos, públicos e privados, não esperam sentados que tudo lhes venha cair no colo.

Que análise faz das medidas tomadas pelo Governo com incidência no distrito de Vila Real?

Este Governo tem cumprido pontualmente os compromissos com o distrito. Entre outros factos relevantes, concluiu a A24 e manteve-a sem portagens, operacionalizou o funcionamento do Museu do Douro, considerou o projecto

“O nosso projecto para de arruma

O Parque Mayer, local simbólico e palpável da degradação a que a Lisboa chegou ao fim de seis anos de gestão autárquica da direita, foi o lugar escolhido para o comício de abertura da campanha eleitoral da candidatura de António Costa na corrida para a Câmara Municipal da capital.

O candidato socialista comprometeu-se a enfrentar e resolver o triplo problema da capital: financeiro, político e de credibilidade.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O SECRETÁRIO-GERAL do Partido Socialista esteve presente no comício de abertura da campanha eleitoral para as eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa (CML), classificando António Costa como um dos “mais brilhantes, competentes e sérios políticos da sua geração”.

Com ele, disse José Sócrates, “as coisas nunca ficam por resolver, porque ele sempre foi um verdadeiro agente de mudança”.

Referindo que estas eleições constituem um acto político “muito importante e muito sério”, Sócrates alertou para o facto de elas não serem somente determinantes para Lisboa, “mas fundamentais para o país”, porque, justificou, “Portugal não pode continuar a ter a sua capita entregue ao marasmo, ao desleixo, ou à incompetência”, como em sua opinião “esteve nos últimos seis anos de desgovernação da direita”.

A palavra certa “é a mudança”, a mudança necessária, porque qualquer país, “depende em absoluto das suas cidades, do dinamismo que conseguem imprimir ao seu desenvolvimento e à criação do emprego”.

Por isso, defendeu, “é preciso que os lisboetas apostem na mudança para que Lisboa volte a ter ritmo de crescimento e reencontre a sua função de capital cosmopolita e de mais-valia para o país”.

Só a candidatura de António Costa, referiu o líder socialista, “está preparada para renovar e preparar o futuro de Lisboa”, e é por isso que tanta gente “dos mais diversos quadrantes profissionais e de formação académica ou política está a apoiar esta equipa”.

Equipa que para José Sócrates tem a energia necessária para recolocar Lisboa na liderança das capitais europeias.

“Isto não é uma guerra de um contra todos”

Quiseram fazer desta campanha “uma guerra de um contra todos”, afirmou o secretário-geral

do PS. Mas António Costa, “no seu estilo inconfundível de muitos anos de prática política, tem optado antes pelo diálogo, por ouvir as razões dos outros, por propor soluções de conjunto”, atitude que infelizmente, disse, “não tem tido o eco que o bom senso aconselha e Lisboa justificava da parte dos restantes candidatos”.

Costa, disse ainda José Sócrates, “não é contra ninguém, nunca o foi e nunca o será, mas antes a favor de Lisboa”, razão porque tanto se tem esforçado e trabalhado para abrir a porta do diálogo com as outras candidaturas.

Lamentando o tipo de ataques que têm sido dirigidos a António Costa, Sócrates lembrou que “ele, ao contrário do que se poderia imaginar se só ouvíssemos as críticas dos restantes candidatos, não foi o presidente da Câmara de Lisboa nos últimos seis anos”, razão porque o líder socialista cataloga as críticas, para além de injustas, de serem “totalmente inqualificáveis e deslocadas”.

Houve, isso sim, “quem tivesse tido a confiança dos lisboetas nos últimos anos e a tivesse desperdiçado e atirado à rua”, dando a imagem de falhanço e de absoluta incompetência para gerir os destinos de Lisboa.

Por isso, é agora necessário apostar na mudança, apoiar uma candidatura que quer e sabe como recolocar a cidade na senda do progresso, do desenvolvimento e de conceder à sua população índices de bem estar social e de qualidade de vida que a direita foi incapaz de empreender ao longo destes últimos seis anos.

“Podemos dar a volta à crise”

“A vossa mobilização e a vossa participação nesta iniciativa, demonstram, se dúvidas houvesse, que podemos dar a volta à crise”.

Foi assim que o candidato socialista António Costa iniciou a sua intervenção no comício de arranque da campanha eleitoral para as eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa (CML).



“Sei que posso e tenho todas as condições, para unir Lisboa e os lisboetas, em torno de um projecto para a cidade”, sustentando a sua análise no facto de a sua candidatura “ter sido capaz de juntar pessoas, não só oriundas do Partido Socialista, mas de muitas outras áreas da sociedade civil”, pessoas que ao longo dos anos, disse, “têm dado provadas incontornáveis do seu empenhamento cívico e do grande amor que têm à cidade de Lisboa”.

Para António Costa, “Lisboa não se salva com o trabalho ou o empenhamento de um só homem ou de uma só mulher”, requerendo, sobretudo no estado em que deixaram a cidade”, a conjugação do trabalho e da dedicação de uma equipa vasta, pluridisciplinar e séria, “como aquela a que tenho a honra de liderar”.

Depois de lembrar que os ho-

mens e mulheres que integram a lista do PS à Câmara Municipal de Lisboa “são do melhor que a cidade tem”, António Costa particularizou ao assinalar que mesmo o último da lista, António Mega Ferreira, “daria, também ele, um excelente número um para chefiar o município”.

Mas o desafio que está colocado merece da parte do candidato do PS uma reflexão séria e profunda sobre a situação “caótica e quase desesperante” em que a capital do país se encontra.

Na sua opinião, Lisboa enfrenta e tem de resolver um triplo problema: financeiro, político e de credibilidade.

Quanto ao primeiro, disse, a gravidade da crise financeira é de tal modo profunda que não pode, nem deve ser desvalorizada, “como alguns agora querem fazer”.

Ela representa, disse, um enorme mau estar para a cidade e um peso acrescido aos muitos e muitos problemas com que Lisboa se confronta, facto que está a paralisar o funcionamento da autarquia “há muitos e muitos anos”.

Para se ter uma ideia do estado a que a câmara chegou, lembrou António Costa, basta recordar que existem cerca de 2500 pequenos credores a quem a CML deve a cada um pouco mais de cinco mil euros, mas que ao não lhes ter sido paga essa quantia, “os deixa quase às portas da asfixia”, impossibilitando-os, por esta razão, de poderem trabalhar para a câmara que por sua vez vê todos os dias os seus parques públicos a degradarem-se, como é o caso dos Jardins de S. Pedro de Alcântara ou o do Príncipe Real, entre muitos outros, os seus edifícios à beira da derrocada, as suas ruas

Lisboa é o único capaz de "arrumar a casa"



“O Parque Mayer é um excelente exemplo do paradigma da gestão ineficaz do PSD em Lisboa dos últimos seis anos”

ANTÓNIO COSTA

“O país não pode ter a sua capital entregue ao marasmo, à incompetência e ao desmazelo”

JOSÉ SÓCRATES



cheias de buracos ou as suas calçadas repletas de armadilhas para os peões”.

Perante este cenário, a promessa foi clara: “Vou logo nos primeiros dias, caso ganhe a Câmara de Lisboa, como estou certo, solucionar este problema”, porque, disse, “não faz sentido algum que o município que tanto precisa destes pequenos empresários, e que tanto se tem apoiado neles, os deixe agora à porta da asfíxia com todas as consequências que tal acto acarretaria para a cidade e para o bem-estar dos seus habitantes”.

São estas coisas concretas, referiu, que podem parecer minudências aos olhos dos mais desprevenidos, que a Câmara de Lisboa tem de fazer logo nos primeiros dias da sua gestão, como também deve apostar, desde logo, num plano de ataque para um real e sustentado saneamento das contas municipais,

porque a edilidade “não existe para paralisar a cidade ou para a deixar morrer aos poucos, como estava a acontecer, mas para a gerir bem e assim ajudar ao seu desenvolvimento, modernização e progresso”.

Mas para afrontar os problemas com que a Câmara Municipal de Lisboa se debate, defendeu António Costa, é preciso credibilidade política, uma equipa apoiada em gente competente e com provas dadas e sobretudo um projecto que esteja suficientemente estudado e sustentado, algo que, em sua opinião, “só a lista do Partido Socialista à Câmara Municipal de Lisboa apresenta, justifica e garante”.

O comício contou com a intervenção inicial do ex-bastonário da Ordem dos Advogados, e mandatário da candidatura socialista à Câmara Municipal de Lisboa, José Júdice, a que se seguiu a participação da escritora e jornalista Inês

Pedrosa que elogiou o candidato António Costa, “o mais capaz e o único que apresenta um programa conveniente para tirar Lisboa do marasmo e da tristeza em que tem vivido nos últimos seis anos”, para depois sublinhar que a equipa da candidatura socialista “está recheada de gente capaz com provadas dadas em Lisboa”.

Após referir que a cidade precisa de ver os seus edifícios recuperados, os seus jardins reabilitados ou as suas bibliotecas modernizadas, entre muitas outras iniciativas tendentes a “recolocar Lisboa como uma cidade verdadeiramente europeia”, Inês Pedrosa, pediu a maioria absoluta, “porque vai ser muito difícil governar esta cidade com uma Assembleia Municipal hostil e que se mantém a funcionar artificialmente e com os restantes candidatos em guerra aberta contra António Costa”.

Glosando com o slogan de uma outra candidatura afirmou que o “António faz falta” ou mais prosaicamente o “Tó faz falta”.

Gente famosa marcou presença

Foram muitas as personalidades conhecidas que quiseram com a sua presença demonstrar o apoio à candidatura socialista liderada por António Costa.

Desde logo Mário Soares, Maria Barroso e Jorge Coelho, mas também personalidades do mundo das artes, do espectáculo ou da televisão.

Foi o caso, entre muitas outras, de Luís Repesas e João Gil, ex-Trovante, o campeão olímpico Carlos Lopes, gente do teatro, como Margarida Vila Nova, que também é a mandatária para a juventude, Vítor de Sousa, Filipe La Féria,

São José Lapa, Catarina Avelar ou José Wallenstein, mas também Raul Solnado, mandatário sénior da candidatura de António Costa, os arquitectos, como Carrilho da Graça ou Manuel Graça Dias, ou personalidades da televisão tão conhecidas do grande público, como Rita Ferro Rodrigues, Júlio Isidro ou Iládio Clímaco.

Houve contudo uma presença que mereceu da parte de todos os presentes, que encheram por completo o vasto auditório, uma saudação especial: o ex-presidente da Câmara Municipal de Barcelona, o socialista Pascal Maragall, que António Costa deu como exemplo de alguém que “pegou numa cidade onde tudo estava por fazer, desde a gestão urbanística à administração do território, para a transformar, em poucos anos, numa das metrópoles mais dinâmicas e modernas do mundo”.

OPINIÃO

O INTERIOR EM AGENDA



PAULA BARROS
Deputada do PS

Orgulhamo-nos do papel fundamental dos governos do Partido Socialista na adopção do modelo de financiamento SCUT. Ao invés de outros que o criticam, o Partido Socialista entende bem que esta é uma via fundamental de consagração das suas políticas de coesão social e territorial

É BOM percebermos que o interior do país não é um estado de espírito. O interior de Portugal é uma faixa territorial que existe, que assim é classificada por se encontrar mais afastada da linha de Costa mas, entendamos bem, também, que é a faixa territorial que representa a maior fronteira com o principal espaço, actualmente, de expansão dos portugueses: a Europa.

O Partido Socialista sempre primou por marcar a agenda política em relação às questões do interior; porque marcar a agenda política neste domínio significa falar de coesão social e territorial.

Percebemos que um dos factores fundamentais de coesão territorial se prende com a questão das acessibilidades.

Porque, não o esqueçamos, as acessibilidades têm o duplo potencial de permitir deslocação em dois sentidos! E falar de deslocação em dois sentidos significa facultar a dinâmica de pessoas, de investimentos, de culturas, enfim, a dinâmica que fomenta o desenvolvimento, em todos os seus domínios.

O Governo esteve e está presente no distrito de Vila Real. Dia 24 de Junho foi inaugurada, na sua totalidade, uma infraestrutura fundamental para o distrito: a auto-estrada A24. É uma SCUT o que significa que, através deste modelo de financiamento adoptado e mantido por governos do Partido Socialista esta, como outras auto-estradas fundamentais de ligação ao interior, foram possíveis e representam um investimento contínuo do Estado nestas regiões. Sim, porque o Estado se substitui aos utentes no pagamento pela circulação nestas vias. Ainda neste dia 24 de Junho, foi presidida pelo primeiro-ministro a abertura do estudo de impacto ambiental da nova auto-estrada transmontana, em regime SCUT, que ligará Amarante a Bragança. Definitivamente se fará justiça com este distrito do interior, Bragança, que é o único que não possui um metro de auto-estrada!

Orgulhamo-nos do papel fundamental dos governos do Partido Socialista na adopção do modelo de financiamento SCUT. Ao invés de outros que o criticam, o Partido Socialista entende bem que esta é uma via fundamental de consagração das suas políticas de coesão social e territorial.

SCUT significa auto-estrada como rio de coesão, porque a torna possível, e porque de acordo com este modelo de financiamento, o Estado assume o seu papel activo de promotor de condições de coesão nacional.

E nas políticas de coesão não se exige um Estado contemplativo mas, sim, um Estado pró-activo.

Mas, para garantir o desenvolvimento não basta Estado! Ao Estado exige-se que proporcione as condições necessárias para que, aqueles aos quais o Estado não pode, nem se deve sobrepor, orientem a sua actuação com visão estratégica no sentido da concretização dos seus objectivos de desenvolvimento.

Refiro-me, naturalmente, aos agentes económicos, políticos, sociais e culturais locais. Efectivando-se as condições, a sua responsabilidade aumenta até no sentido de valorizar cada região, não perdendo a sua especificidade mas, sim, potenciando as suas virtualidades. A diversidade é uma mais valia que não podemos desprezar e esta faixa de território mais afastada do mar, tendencialmente esquecida, constitui um potencial que nos leva a admitir que cada região nestas condições precisa do país mas o país também precisa de cada uma das suas regiões!

A exploração regulada das potencialidades do interior será sempre reveladora de visão estratégica de desenvolvimento e produzirá como consequência uma tendência para o equilíbrio do espaço territorial português. O Estado tem por obrigação protagonizar medidas conducentes ao equilíbrio no que respeita a uma real igualdade de oportunidades e todos, mas todos, estamos convocados a participar nesse esforço e não cairmos na passividade geradora de aprofundamento de assimetrias.

Ao definir como prioridades do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), a qualificação das pessoas, a qualificação do território, a promoção de um melhor ordenamento e a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento, o Governo quis comprometer-se com o desenvolvimento do interior.

Nós queremos dizer Presente! Queremos estar presentes porque estar presente significa estar alerta, não nos resignarmos, converter fragilidades em oportunidades e contrariar os profetas da desgraça demonstrando que a vontade de uns, convertida na vontade de todos, conduz ao caminho do desenvolvimento, da construção de um Portugal cada vez mais justo e solidário.

E queremos dizer também que não está tudo feito! Parte a parte! Até porque este interior que, afinal, é uma novo "litoral" de oportunidades está vivo, está presente e tem a consciência de que tem a dar ao todo nacional muito mais do que aquilo que lhe tem sido proporcionado dar. Continuemos a incentivar esta faixa de território. Temos a certeza de que para além de um país mais coeso, mais justo, teremos, naturalmente, um país mais rico.

Apelo ao voto e à maioria clara marcam campanha de Costa



Numa campanha que se tem pautado pela proximidade com os municípios, o candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Lisboa (CML), António Costa, insistiu na necessidade de combater a abstenção e o "sentimento de desconfiança na política", num apelo repetido à mobilização de todos para votarem nas intercalares de 15 de Julho e ajudarem a resgatar a cidade do caos e da falência a que foi votada.

EM DECLARAÇÕES que fez após uma acção de rua entre o Martim Moniz e o Campo das Cebolas, António Costa voltou a sublinhar que em democracia não há vitórias garantidas, frisando de seguida que a primeira tarefa do próximo Executivo da capital será "arrumar rapidamente a casa e pôr a Câmara a funcionar".

"Precisamos de tratar de problemas de carácter imediato como a limpeza, arranjar os passeios e as passadeiras e garantir segurança às pessoas", vincou, acrescentando ser igualmente urgente proceder à revitalização da baixa lisboeta.

"Só por cegueira política e por politiquice este projecto para a baixa e o Chiado foi posto no congelador", criticou, responsabilizando pelo facto a anterior maioria camarária de direita.

No domingo, no final de um passeio de barco pelo rio Tejo, em que também participaram vários

empresários do sector do turismo, Costa insurgiu-se contra os projectos da Administração do Porto de Lisboa de construir centros de congressos e comercial, ao afirmar que esta entidade não pode comportar-se como "autarquia-sombra" e advogando uma mudança na relação entre a autarquia e a administração da empresa.

No encerramento de mais um debate, desta vez sobre "Lisboa Criativa", declarou que "a crise que a Câmara atravessa não é só financeira", mas também "estrutural", uma vez que a capital tem estado a perder população, empregos e iniciativa, sendo preciso ultrapassar a actual conjuntura gerando "valor acrescentado".

"Temos também que ter um urbanismo que fomente a troca de experiência e o encontro entre pessoas", sustentou, depois de ter apontado mais uma vez para a abstenção como a principal ameaça no domínio da constituição de um futuro Executivo de maioria relativa.

A meio de uma acção de campanha no bairro de Campo de Ourique, o candidato socialista lamentou que a Comissão Nacional de Eleições não tenha feito qualquer campanha de apelo ao voto nesta campanha para as intercalares.

Dias antes, António Costa tinha lançado já o seu apelo ao voto, sublinhando que ele constitui "o sobressalto cívico necessário para salvar a cidade", desta "grande crise política e financeira".

"O estado em que Lisboa está requer a mobilização de todos", disse aos jornalistas, no dia 5, no final da apresentação do projecto

residência assistida para idosos, na baixa.

No início de um almoço de pré-campanha eleitoral que juntou cerca de três dezenas de personalidades ligadas à cultura, à história e à arquitectura, o candidato do PS comprometeu-se a começar a mudar a face do Parque Mayer ao fim de dois anos, garantindo que não embarcará em projectos "megalómanos" e reafirmando a intenção de estabelecer a ligação com a Avenida da Liberdade e o Jardim Botânico.

E num debate organizado pela Associação Comercial de Lisboa, onde focou o carácter "obrigatório", no âmbito da lei das Finanças Locais, de se proceder ao saneamento financeiro da cidade, Costa declarou que um acordo neste sector já não depende da vontade de qualquer candidato, mas de um imperativo legal.

Na ocasião, Costa anunciou também que, se for eleito, definirá nos próximos dois anos a reorganização as freguesias lisboetas e irá propô-la ao Estado, por considerar que é "urgente" iniciar esta reforma.

Noutra acção de campanha, Costa afirmou que o aproveitamento dos logradouros ao redor do Liceu Passos Manuel será uma prioridade a executar nos dois anos de mandato.

Já na visita que realizou ao Pátio dos Tanoeiros, onde a Junta de Freguesia de Santa Catarina construiu um equipamento polidesportivo, apresentou o projecto da sua candidatura para toda a área envolvente, com espaços verdes, "um exemplo para várias situações em Lisboa". M.R.

Novo Tratado é a prioridade da presidência portuguesa

A conclusão do novo Tratado constitui, para a presidência portuguesa da União Europeia, a prioridade das prioridades. O primeiro-ministro e presidente em exercício do Conselho Europeu, José Sócrates, acredita que a conclusão de todo este processo será possível de finalizar até Dezembro porque diz notar um empenhamento total dos restantes líderes.

A cimeira com o Brasil foi o primeiro sucesso da presidência portuguesa.

Esta é a terceira vez, desde que aderiu à então CEE, em 1986, que Portugal está à frente dos destinos da Europa.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

A PRIORIDADE do Governo português nesta sua terceira presidência europeia é transformar o mandato que recebeu da cimeira dos chefes de Estado e de Governo dos 27 em Bruxelas, no passado dia 23 de Junho, “num novo Tratado da União Europeia” (UE), disse o primeiro-ministro.

Na sua primeira acção como presidente em exercício do Conselho Europeu, José Sócrates recebeu na cidade do Porto, local escolhido para o arranque desta terceira presidência portuguesa, a Comissão Europeia, liderada pelo seu presidente Durão Barroso, para uma reunião de trabalho preparatória tendo em vista afinar a estratégia para os próximos seis meses.

Da vasta agenda, o destaque vai sobretudo para a discussão sobre o novo Tratado Europeu que assume um carácter determinante e prioritário para o sucesso ou insucesso do futuro da Europa, e dele dependendo igualmente o êxito ou fracasso da presidência portuguesa.

A reunião serviu também para que o Governo português e a Comissão Europeia afinassem a estratégia e os conteúdos das inúmeras iniciativas que vão ter lugar ao longo dos próximos seis meses.

Foram vários os assuntos que estiveram sobre a mesa e que José Sócrates já referiu querer ver aprovados ou suficientemente encaminhados até ao próximo dia 31 de Dezembro, altura em que se dará a transferência da presidência para a Eslovénia.

Dos muitos dossiês que estiveram sobre a mesa neste reunião preparatória entre os ministros portugueses e os comissários europeus, foram abordados temas como a liberalização da política energética, as energias renováveis, as ajudas ao sector do vinho ou a



fixação das quotas das pescas, a aprovação, lá mais para o mês de Outubro, do relatório sobre as negociações da adesão à União Europeia da Croácia e da Turquia, a qualidade das finanças públicas dos 27, o capítulo referente à inovação, a nova agenda respeitante ao Mercado Interno, que a Comissão está a preparar, o apoio às PME, ou o novo Instituto Europeu de Tecnologia, uma espécie de MIT europeu, pelo qual o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso tem vindo a lutar, e que o primeiro-ministro português já deu o seu aval.

Na sua primeira intervenção como presidente em exercício da União Europeia, José Sócrates garantiu que Lisboa “investirá o máximo das suas energias”, na rápida adopção de um novo Tratado Europeu.

Para o primeiro-ministro, a prioridade agora é passar do mandato, aprovado na recente cimeira de Bruxelas, “para o futuro Tratado reformador que substituirá a fracassada Constituição Europeia”.

E para que não restem dúvidas sobre a determinação com que encara a absoluta necessidade da Europa aprovar este novo documento, Sócrates sublinhou que a presidência portuguesa investirá “o máximo das nossas energias nesta tarefa”, garantindo que já a 23 deste mês de Julho, “será aberta a Conferência Intergovernamental (CIG)” que negociará a redacção final do texto sobre o futuro Tratado Europeu, “com vista à aprovação deste documento durante o mês de Outubro”.

Sócrates reúne com jovens dos 27 Estados-membros

Antes de receber o Executivo de Bruxelas no Porto, acto que deu início oficial à terceira presidência portuguesa da União Europeia, o presidente em exercício do Conselho Europeu, José Sócrates, assinalou de forma simbólica o arranque desta presidência com um encontro com 27 jovens europeus, um de cada Estado-membro, no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações em Lisboa, naquele que será o palco onde se vão desenrolar a

maior parte das reuniões desta presidência portuguesa.

Os jovens, todos eles escolhidos entre os muitos milhares que ao abrigo do programa Erasmus se encontram a estudar em Portugal, debateram com o primeiro-ministro e presidente em exercício do Conselho Europeu, temas relacionados com o seu futuro face a um mundo cada vez mais globalizado, como os referentes à qualificação, educação, conhecimento e inovação, o problema do emprego, que afecta actualmente largos milhares de jovens em toda a Europa, a tolerância em relação às imigrações, as questões sobre o novo Tratado Europeu ou à futura adesão da Turquia ao espaço comunitário ou ainda assuntos como os ligados às alterações climáticas.

Este encontro, que teve como lema “A tua Europa, o teu futuro”, serviu também como acto simbólico do arranque da presidência portuguesa da UE.

Lisboa e Bruxelas assinam quadro de apoios financeiros

O novo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), que vem substituir os até agora Quadros Comunitários de Apoio (QCA), vai disponibilizar a Portugal cerca de 21,5 mil milhões de euros para o período compreendido entre 2007 e 2013.

O acordo foi ratificado pela comissária europeia para a Política Regional, a polaca Danuta Hubner, e pelo ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Nunes Correia, numa cerimónia que decorreu na cidade do Porto, no segundo dia da presidência portuguesa da União Europeia.

Considerado como um instrumento fundamental e decisivo para aproximar Portugal dos níveis de desenvolvimento médio dos países da União Europeia, o QREN, será prioritariamente orientado para a qualificação dos recursos humanos, para a promoção do crescimento sustentado da economia nacional, para o ensino superior e para a coesão social.

Também a requalificação das cidades e do território serão ob-

jecto de investimento prioritário dos novos fundos comunitários.

Cimeira UE/Brasil

A cimeira realizada entre a União Europeia e o Brasil, representou para Portugal, disse o primeiro-ministro, José Sócrates, a “concretização de uma das principais e mais importantes prioridades desta presidência portuguesa da UE”.

Para José Sócrates, a realização desta primeira cimeira entre a União Europeia e o Brasil, que teve lugar no passado dia 4 de Julho, constituiu um acto “histórico”, recordando o presidente em exercício da UE que esta iniciativa resultou sobretudo de um trabalho intenso e bem planeado que Portugal foi capaz de empreender ao longo de mais de nove meses.

Frisando que esta cimeira “não caiu do céu”, sendo antes o resultado de uma estratégia bem planeada por parte do Governo português, o primeiro-ministro recordou que a esta iniciativa ao estabelecer o lançamento de uma parceria estratégica, marcou definitivamente o início de um novo relacionamento da Europa a 27 com o Brasil, contribuindo para que a “União Europeia passe, a partir de agora, a ter uma nova política externa”.

Para Lula da Silva e José Sócrates, a cimeira UE/Brasil representou “um momento extraordinário e uma semente que vai dar frutos”, nomeadamente, como sublinharam, tendo em vista um acordo global entre Bruxelas e o Mercosul (Mercado Comum do Sul, um projecto de integração regional de que fazem parte, para além do Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai), ao nível da OMC, em questões como os investimentos externos, a expansão dos biocombustíveis, mas também em relação à análise política da situação mundial e no que diz respeito à necessidade de regulação dos fluxos migratórios.

Há mais vida para além da flexigurança

O Governo gostaria que a presidência portuguesa da União Europeia ficasse assinalada por uma marca indelével no aprofundamento do debate sobre a flexigurança e pelas políticas de maior harmonização entre a vida familiar e profissional.

Para o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, que presidiu em Guimarães ao conselho informal dos ministros europeus do Emprego e Assuntos Sociais, este encontro, entre outros objectivos, pretendeu estabelecer padrões comuns entre todos os Estados-membros em redor da flexigurança.

OPINIÃO

SETÚBAL E A DISSOLUÇÃO DA CÂMARA



VÍTOR RAMALHO

A IGAT - Inspeção Geral da Administração do Território propôs recentemente a dissolução do Executivo camarário de Setúbal. Os factos que estão na origem do relatório que elaborou, justificam plenamente a proposta.

O PCP, que é quem gere a autarquia de Setúbal, propôs e conduziu, em apenas três meses, 62 processos disciplinares de que resultaram outras tantas aposentações compulsivas. Qualquer pessoa de bom senso sabe que este procedimento é gravíssimo e não pode nem deve ficar impune. A responsabilidade é em exclusivo do PC, por mais voltas que este pretenda dar. Os trabalhadores são assim vítimas da política do PCP e jamais os

Pela nossa parte, federação, vamos continuar o combate contra esta política nefasta do PCP em Setúbal, apelando aos militantes socialistas a que se unem para concretizar a saudável e necessária saída do PCP da Câmara de Setúbal

agentes dela. É por isso que o Secretariado da Federação de Setúbal, desde a primeira hora, sustentou o voto contra o parecer do PCP que não queria nem quer a dissolução da Câmara. É que o PCP é não só responsável por estas acções mas pelo total descalabro da gestão da Câmara. Apesar de ter recebido há três anos um empréstimo de 45 milhões de euros do anterior Governo, do PSD, duplicou o endividamento. A Câmara não tem sequer recursos para amortizar os encargos contraídos e está só agora a regularizar facturação de 2005! A entrada de novos “avençados” é constante, onerando ainda mais o orçamento camarário, e o relacionamento dos trabalhadores com a presidente da Câmara é de tal ordem, que os responsáveis do polis, dos recursos humanos e da cultura demitiram-se. O PCP, depois da imposição da saída de Carlos de Sousa e Aranha Figueiredo, continua sem dar qualquer explicação aos eleitores.

A moda da fuga às responsabilidades parece aliás ter pegado e por isso o PSD também entendeu retirar da Câmara o seu principal vereador, Fernando Negrão. Por isso, se absteve na proposta do PCP contra a demissão.

A incapacidade para gerir a autarquia por parte do PCP, que abandonou inclusive o associativismo de Setúbal à sua sorte e com ele o próprio histórico de Setúbal, é um facto.

É por isso que não se compreende a ausência de humildade democrático do PCP para deixar a Câmara e admitir novas eleições. Tira com uma mão em Setúbal o que dá com a outra em Lisboa!

Pela nossa parte, federação, vamos continuar o combate contra esta política nefasta do PCP em Setúbal, apelando aos militantes socialistas a que se unem para concretizar a saudável e necessária saída do PCP da Câmara de Setúbal. Não há outra alternativa senão esta. Porque só isso é conforme aos nossos valores e princípios. Esta é uma questão política.

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS eleito por Braga

O médico em causa tem de perceber que não pode transformar o Centro de Saúde numa área de agitação de propaganda da CDU. E a directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho deveria ter levado isto mesmo em consideração

VIEIRA DO MINHO: A SAÚDE DO CENTRO

A QUESTÃO da exoneração da directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho, que tanta celeuma tem levantado nos últimos dias, merece que aqui sejam deixadas algumas reflexões, no sentido de contribuir para um esclarecimento cabal de toda a situação.

É um facto que o Partido Socialista e a Juventude Socialista de Vieira do Minho sempre contestaram a nomeação da agora exonerada directora do Centro de Saúde local, funcionária administrativa da secretaria do próprio Centro de Saúde e licenciada em Filosofia e com uma pós-graduação em Recursos Humanos. Eventualmente, com a lei do Governo PSD, tal funcionária até poderia ser nomeada para idêntico cargo num outro Centro de Saúde, mas em Vieira do Minho acabaria sempre por ter dificuldade em exercer as funções de directora, porque a sua promoção seria sempre vista como uma atitude partidária, fruto do amiguismo que o PSD costuma praticar quando está no poder. E daí que adviessem dificuldades maiores em impor-se aos médicos, por exemplo. O PS e a JS de Vieira do Minho sempre contestaram esta decisão – repete-se –, tanto no Governo do PSD como no Governo do PS.

Ora, quando o actual Governo de José Sócrates tomou posse decidiu mudar a legislação e a partir dessa medida tornou-se obrigatório que o director de um Centro de Saúde fosse sempre um médico. Nessa altura, vários directores de Centros de Saúde do distrito de Braga poderiam ter “caído”, mas o Ministério decidiu reconduzi-los a todos, sendo certo que a esmagadora maioria tinha sido indicada pela “máquina” do PSD, (sendo ainda hoje a maioria dos 15 centros de saúde nomeados nos governos anteriores). O director que esteve à frente da Pova de Lanhoso teve de sair no fim do seu mandato, por ser Engenheiro electrónico e não se enquadrar na nova lei, o que vem comprovar que o actual ministro da Saúde nunca esteve preocupado com a cor política desses directores (e alguns deles – é bom que se refira – deveriam ter sido mesmo substituídos, porque foram nomeados com um programa de Governo substancialmente diferente do actual e acabaram por não ter condições para o cumprir o actual). Para além do Governo do PSD também ter nomeado coordenadores administrativos a ganharem quase 4000 euros limpos por mês, sendo todos ligados ao PSD e muitos à JSD, que tinham acabado o curso nas semanas anteriores. Pois o actual Governo, erradamente, deixou-os ficar até terminarem as comissões.

Assim, em todo o distrito de Braga, o Ministério da Saúde só procedeu a uma exoneração – no caso, da directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho, a dois meses do final do mandato para que foi nomeada. E tudo isto acontece depois de – tal como em relação aos outros seus pares do distrito – o Ministério ter dado o benefício da dúvida à referida directora.

É que o ministro Correia de Campos, na visita que efectuou ao Centro de Saúde de Vieira do Minho, em 2006, percebeu que a directora não mostrou enquadramento para o cumprimento das principais medidas do programa do Governo nesta área. A referida directora não fez nenhum discurso, não

aproveitou a presença dos jornalistas para descrever à prossecução das políticas do Governo naquele Centro de Saúde, não teve nenhuma opinião quanto à manifestação à porta do Centro de Saúde contra um hipotético fecho do SAP entre as 24 e as 8 horas.

O certo é que, quanto à criação de Unidades de Saúde Familiar, quanto à interligação com o hospital de referência para mais consultas de especialidade e quanto a uma outra forma de gestão do Centro de Saúde, nada estava a ganhar volume no terreno.

Como é óbvio, a pessoa em causa poderia eventualmente identificar-se melhor com o programa do Governo anterior e isso tem de ser considerado um factor decisivo.

O que está também em causa em toda esta questão é a história do cartaz afixado no Centro de Saúde de Vieira do Minho, que se transforma numa pequena parte do todo. Porque existiam como é fácil de perceber outras razões de fundo que estão resumidas no célebre despacho.



Um médico do Centro de Saúde, sobejamente conhecido pelas suas ligações à CDU, não hesitou em lançar deliberadamente a confusão e a insegurança entre os utentes daquela unidade. O que o médico em causa não esclareceu foi que o ministro da Saúde sempre defendeu que os SAP não servem para emergências médicas mais complicadas e têm funcionado mais como consultas abertas à população. Pelo contrário o referido médico é favorável à existência dos SAP, só se entendendo esta atitude de também ele escrever para as pessoas “fugirem do SAP”, para fazerem política partidária do PCP.

O médico em causa tem de perceber que não pode transformar o Centro de Saúde numa área de agitação de propaganda da CDU. E a directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho deveria ter levado isto mesmo em consideração.

Mas são as tais alianças espúrias entre o PSD e a CDU que existem em muitos lugares. A directora exonerada continua assim a trabalhar nos serviços administrativos do Centro de Saúde de Vieira do Minho e – é já sabido – com boas relações com o novo director – que não é militante do PS e que não retira qualquer dividendo financeiro pelo exercício do cargo. O actual director no relatório que apresentou nos primeiros 6 meses do ano de 2007, descreve todas as melhorias que já concretizou no Centro de Saúde, demonstrando que os utentes estão hoje melhor e isso é que é fundamental.

Para além de que o actual director como médico substituiu uma médica do Centro de Saúde que esteve de baixa durante quatro meses e meio, e o director ficou com os seus utentes, para não deixar nenhum inscrito no Centro de Saúde sem médico de família. O que obviamente, a anterior directora não podia fazer.

PS avança com projecto para redução progressiva de CO2 no Parlamento

DANDO um sinal claro para a sociedade e o mundo sobre o muito há a fazer em matéria de preservação ambiental e de combate às alterações climáticas, o PS avançou recentemente, no âmbito do processo de reforma do Parlamento, com um projecto de resolução que visa reduzir progressivamente as emissões de gases com efeito de estufa, designadamente de dióxido de carbono (CO2), provenientes do consumo de energia na Assembleia da República (AR) e da sua actividade.

Apresentado pelo deputado socialista Jorge Seguro Sanches e subscrito também pelo líder da bancada, Alberto Martins, pelo coordenador do PS para a reforma do Parlamento, António José Seguro e pelos deputados Marcos Sá e Renato Sampaio, o diploma estabelece como orientações no funcionamento da AR, com a finalidade de alcançar a máxima eficiência energética, a realização de um inventário de emissões de gases com efeito de estufa às instalações e à actividade parlamentares, a elaboração de um plano de redução de emissões e seu acompanhamento, a realização periódica de



auditorias energéticas, a avaliação da viabilidade de colocação nas instalações parlamentares de sistemas de produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente solar, procurando deste modo uma redução da utilização de energia de origem fóssil.

A aquisição de equipamentos mediante critérios de racionalização energética, a escolha de viaturas oficiais privilegiando as de menor emissão de dióxido de carbono, a instalação de um sistema de conferências telefónicas e de videoconferência e a apresentação, por parte dos serviços, de um relatório anual onde sejam registados dados sobre a quantificação das emissões e as reduções obtidas, avaliando formas de compensação das suas emissões, são outras orientações apresentadas no projecto socialista contidas no dia 4 de Julho. **M.R.**

Portugal já dispõe de Linha Segura na Internet

O PORTAL Internet Segura foi apresentado no passado dia 5 de Julho na Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), em Lisboa, sessão que foi presidida pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago.

Além da apresentação do portal Internetsegura.pt, destinado à disponibilização de conteúdos informativos sobre a utilização segura e consciente da Internet do grande público, foi ainda apresentada a LinhaAlerta.Internetsegura.pt, que servirá para receber denúncias de qualquer pessoa relativas a conteúdos na Internet susceptíveis de serem considerados ilegais, e que poderão ser posteriormente alvo de investigação criminal.

Cumpre-se assim, e deste modo, como referem os responsáveis pela FCCN, a criação de uma linha de atendimento “hotline” que já tinha sido anunciada no Dia Europeu da Internet Segura, que decorreu no passado dia 6 de Fevereiro.

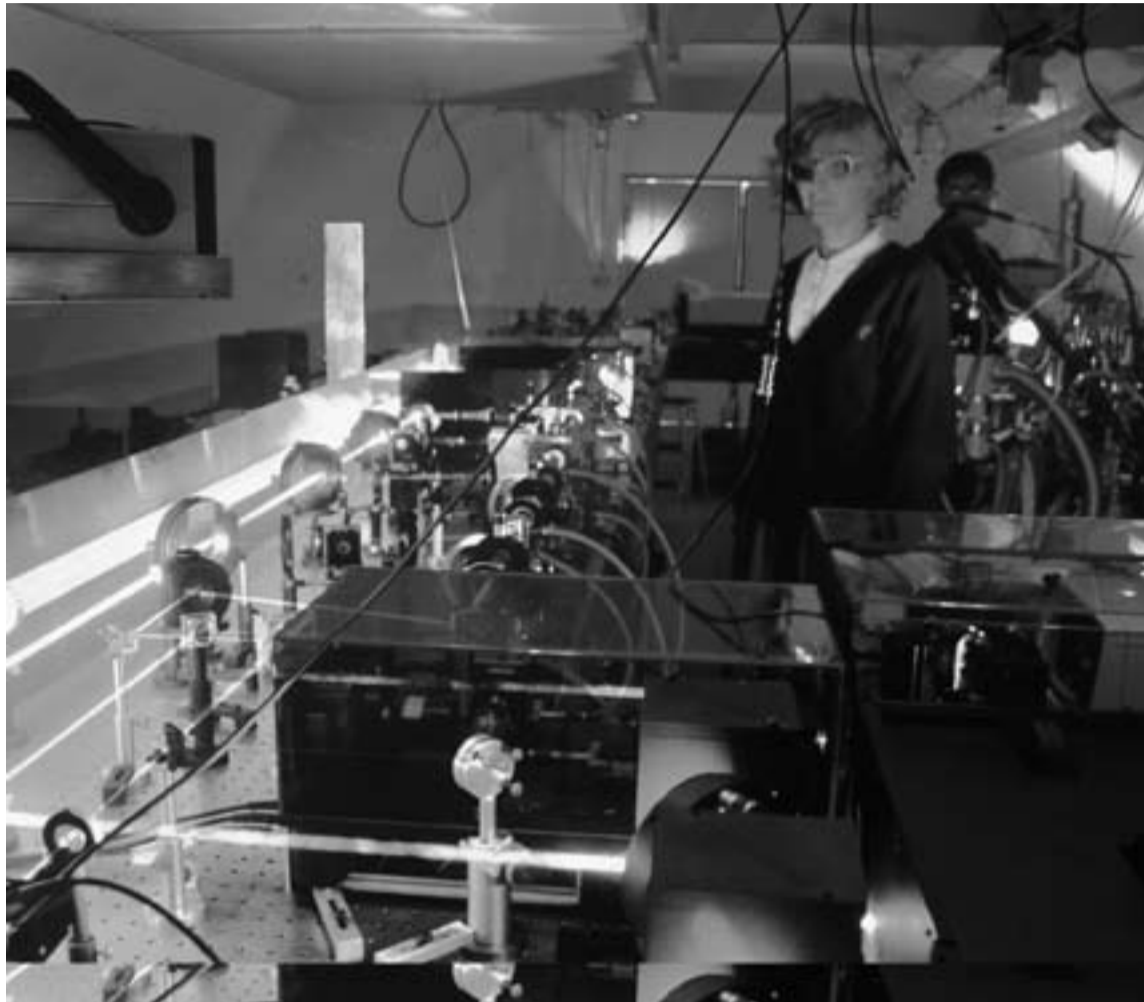
Portugal junta-se assim ao grupo de países com um serviço público de denúncia de conteúdos ilegais na Internet, uma vez que o serviço Linha Alerta disponibiliza ao público em geral um conjunto de meios para poder denunciar, de forma anónima, uma qualquer situação que possa configurar

um caso de excesso, como seja os referentes a abusos de menores, de apologia do racismo ou xenofobia, terrorismo ou de violência.

Com a disponibilização destes novos mecanismos, cumpre-se uma das orientações estratégicas do programa de acção “LigarPortugal”, adoptado pelo Governo em Julho de 2005, programas que passam a garantir a segurança e a privacidade no uso da Internet, ou mais especificamente, a acautelar que todos, e em particular as famílias, passem a dispor de instrumentos de protecção de riscos que possam ocorrer no uso da Internet, assim como passam a dispor igualmente de mais informações sobre como utilizar esses mecanismos de protecção. Esta iniciativa representa mais uma contribuição nesta direcção.

O projecto Internet Segura é da responsabilidade de um consórcio formado pela Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), envolvendo ainda a Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, do Ministério da Educação, a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e a Microsoft Portugal, que viram aprovada a sua candidatura a este projecto junto da Comissão Europeia, candidatura que foi apresentada ao programa europeu Safer Internet Plus. **R.S.A.**

Flexisegurança não é modelo pronto-a-vestir



A FLEXISEGURANÇA não é um modelo pronto-a-vestir que possa ser aplicado a todos os Estados-membros da União Europeia (UE), afirmou o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, sublinhando que a sua introdução é um processo necessariamente longo, no quadro de uma forte aposta no diálogo social.

“Não estamos a tratar de um modelo de pronto-a-vestir, não há um modelo de flexisegurança que possa ser aplicado a todos os Estados-membros, que têm realidades muito distintas e que partem de situações muito diversas”, salientou Vieira da Silva.

“Ninguém ganha em estar a

adiantar conclusões quando o debate se está a iniciar”, frisou Vieira da Silva, numa alusão ao debate que vai decorrer durante a presidência portuguesa da UE.

O governante disse que “há uma reflexão a fazer”, sublinhando que todos os países que desenvolveram modelos inspirados no conceito da flexisegurança o fizeram com uma fortíssima participação do diálogo social, porque são modelos que dizem respeito a comportamentos dos diferentes agentes, sejam eles públicos ou privados.

“É um processo necessariamente longo e os países que o viveram e que o assumiram fizeram-no ao longo de muitos anos”, realçou

Vieira da Silva, acrescentando que “não é possível escrever um decreto-lei a dizer que agora somos todos da flexisegurança”.

Vieira da Silva explicou que os ângulos que têm sido mais valorizados no modelo da flexisegurança têm a ver com a organização do mercado de trabalho (mobilidade profissional e geográfica), com a formação ao longo da vida e com a qualificação dos trabalhadores, assim como com as políticas activas que visam apoiar os trabalhadores durante as suas transições entre empregos e, por último, a protecção social daqueles que estão transitoriamente numa situação de desemprego.

Gabinete de Estudos do PS/Évora debateu flexisegurança

A IDEIA de que a discussão sobre a flexisegurança é incontornável e terá de ser esclarecedora, muito informativa e envolver a participação dos cidadãos, de forma a dissipar quaisquer dúvidas, foi consensual nas intervenções feitas no debate “Desafios do mercado de emprego na Europa: a flexisegurança”, promovido pelo Gabinete de Estudos do PS de Évora, no auditório da Rádio Telefonia do Alentejo.

O debate, moderado pela deputada do PS Paula de Deus, contou com a participação do coordenador do Plano Tecnológico e Estratégia de Lisboa, Carlos Zorrinho, do eurodeputado socialista Joel Hasse Ferreira, do secretário-geral

da UGT, João Proença, e do presidente do Núcleo Empresarial da Região de Évora, Vítor Barbosa.

Outra ideia consensual do debate é que o modelo de flexisegurança, tal como existe na Dinamarca, não é transponível para a nossa sociedade, onde tem de se continuar a fazer uma forte aposta na qualificação dos trabalhadores, mas também nos empresários.

Por outro lado, realçaram que em Portugal os cidadãos querem saber o que significa a flexibilidade e segurança, nomeadamente no que diz respeito às consequências na vida das empresas, nos ganhos de produtividade, na mobilidade.

Os intervenientes no debate

referiram também que o próximo QREN é uma oportunidade única para se continuar a aprofundar a aposta na qualificação dos recursos humanos e na modernização do país.

Durante o debate, foi também afirmado que o modelo social europeu não pode ser alheado deste discurso sobre os desafios do mercado de emprego na Europa, porque há uma franja da população menos qualificada que não pode ficar de fora. Por isso, defendem, a economia social deve desempenhar um papel fundamental na inclusão das pessoas com mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho. **J. C. C. B.**

OPINIÃO



RAMOS PRETO
Deputado do PS

Hoje muitos economistas entendem que os benefícios de uma acção precoce e determinada em matéria de alterações climáticas compensam largamente os custos económicos das mesmas

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ASSUMIR O DESAFIO

O MAIOR desafio que o mundo hoje enfrenta é o das alterações climáticas.

O tema tem ocupado a agenda científica, política e económica de toda a humanidade.

As alterações climáticas são o problema ambiental global mais marcante do nosso Século, o mais estrutural e de mais vastas implicações sociais e económicas.

O debate sobre alterações climáticas recentrou-se, de se está a acontecer, para o ritmo a que está a acontecer.

Sabemos que o mundo está a aquecer, que está a aquecer por causa da actividade humana, e que está a mais rapidamente que o previsto.

A percepção pública do problema é também crescente e a exigência e a disponibilidade para acção também o são.

Dai que os desafios das alterações climáticas tenham de ser enfrentados de forma efectiva e urgente, promovendo a sustentabilidade ambiental.

Sabemos que o problema não é só dos países desenvolvidos porque hoje também se verifica a crescente quota de emissões de gases com efeitos de estufa proveniente de países em vias de desenvolvimento, sendo necessário o apoio a esses países nos seus esforços para minorarem a sua vulnerabilidade e adoptarem as medidas necessárias exigíveis pelas alterações climáticas.

Sabemos que há alguns milhões de anos o ar tinha uma maior percentagem de oxigénio do que a que tem hoje e sabemos que temos de limitar o aumento da temperatura média global.

Porque hoje existem menos incertezas quanto ao impacto das alterações climáticas e certos estudos indicam que, se nada fizermos, haverá fortes efeitos em particular no domínio da saúde.

Em Fevereiro de 2007 a consultora Lehman Brothers elaborou um relatório sobre o Negócio das Alterações Climáticas (Desafios e Oportunidades), tendo identificado um conjunto de sectores nos quais as alterações climáticas terão uma forte influência.

E um dos sectores enunciados é precisamente o sector da saúde.

Quais os problemas que ocorrerão e quais as oportunidades de negócio que surgem para a indústria farmacêutica, para a biotecnologia, para os cuidados de saúde?

Sabemos que as alterações climáticas provocarão num aumento dos problemas respiratórios bem como o aumento de doenças derivadas do uso de águas contaminadas.

Sabemos que terá de haver um aumento da vacinação contra doenças tropicais e que a humanidade terá de apostar em novas tecnologias ao nível da medicina.

Sabemos que há fortes interligações entre as políticas no domínio das alterações climáticas e da poluição atmosférica, pelo que é necessário uma drástica redução de CO2 que terá um forte impacto na saúde humana.

Hoje muitos economistas entendem que os benefícios de uma acção precoce e determinada em matéria de alterações climáticas compensam largamente os custos económicos das mesmas (relatório Stern-Economics and Climate Change)

Hoje também todos temos consciência de que o miraculoso equilíbrio da natureza, frágil e ameaçado, a sua biodiversidade, a harmonia dos ecossistemas, está cada vez mais um perigo por efeito da acção do Homem que pode conduzir à ruptura desse equilíbrio.

Mas as questões das alterações climáticas não são só um assunto do ambiente, são também um assunto da economia, da ciência e da política, havendo que continuar a promover acções que contribuam para um mais correcto esclarecimento das populações, tanto mais que o bem supremo de preservação do ambiente sadio pode obrigar a custos que hoje muitos de nós não estão preparados para suportar.

Todos temos de continuar empenhados em nos esclarecermos e em acompanharmos com muita atenção este tema determinante para o futuro da humanidade.

Temos de assumir o desafio.

Regulação do tarifário do gás natural deve servir a coesão territorial

NO ÂMBITO de uma audição promovida no dia 4 pela Comissão Eventual de Acompanhamento das Questões Energéticas da AR ao presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), Vítor Santos, a deputada socialista Paula Barros levantou a questão das perspectivas da regulação do preço do gás natural ao nível de todo o território nacional.

Além de contextualizar a problemática, a parlamentar lembrou que a generalização do gás natural a todo o território, particularmente às regiões do interior, foi resultado de uma decisão de um Governo do Partido Socialista, em 1998. E salientou que a sua preocupação vai no sentido de que todo o território possa usufruir de uma forma de energia mais barata, mais segura, mais cómoda e pouco poluente e que, além disso, constitua uma estratégia de apoio ao desenvolvimento regional, incentivadora de estímulo à localização empresarial nas regiões do interior.

Por isso, defendeu que estes objectivos de desenvolvimento coeso do território não podem “esbarrar” na situação que se vive actualmente da diferença substancial de preços ao consumidor entre as regiões do litoral e as do interior no fornecimento do gás natural, sendo estas



últimas as mais penalizadas.

Por isso, a deputada Paula Barros disse que devemos preocupar-nos com a regulação do tarifário, por forma a que o acesso e consumo de gás natural não represente o aprofundamento de assimetrias territoriais mas, ao contrário, se constitua como um vector de desenvolvimento do interior em harmonia com todo o território.

Além do mais, acrescentou, devemos também zelar pelo efeito positivo que esta regulação deve constituir na acção pedagógica em

que todos somos responsáveis e que deve focar-se no estímulo à utilização de energias mais limpas.

Face ao exposto, a deputada Paula Barros, tendo em conta o princípio de uniformidade do tarifário que se aplica à electricidade, questionou se se pode perspectivar que o mesmo se estenda ao gás natural. Acrescentou, ainda, se também é de esperar uma discriminação positiva do interior em razão das dificuldades características destas regiões e que se prendem com uma maior dispersão dos consumidores

e com as condições geográficas que implicam custos de investimento mais elevados do que na maioria das outras áreas territoriais de distribuição do gás natural.

Face ao exposto pela deputada socialista, o Presidente da ERSE lembrou que só com a publicação do enquadramen-

to legislativo que define a organização do sector do gás natural e o calendário da sua liberalização – DL 30/2006 (Fevereiro) e do DL 140/2006 (Julho) – é que a ERSE passou a ter competências na regulação do gás natural.

Desde esse período, a ERSE já publicou os regulamentos do sector, em Setembro de 2006 e, pela primeira vez em Maio de 2007, passaram a existir tarifas reguladas para o sector do gás natural e que incidiram nas tarifas de uso do terminal de GNL (-16,3 por

cento), tarifas de uso do armazenamento subterrâneo (-30,3 por cento) e da tarifa de acesso à rede de alta pressão (-5,4%), lembrou Vítor Santos. De acordo com o presidente da ERSE, estas reduções, expressivas, vão ter reflexos para os consumidores domésticos, no dia 1 de Janeiro de 2008, quando a ERSE, de acordo com o calendário de liberalização do sector homologar as tarifas dos clientes finais para o primeiro e segundo quadrimestre de 2008.

O presidente da ERSE referiu, também, que a 15 de Abril, uma vez mais pela primeira vez, será anunciada a proposta de tarifas reguladas de venda a clientes finais para os diferentes níveis de pressão que passarão a vigorar a partir de 1 de Julho de 2008. O presidente da ERSE assumiu que as tarifas serão uniformes ao nível nacional para cada nível de pressão. Contudo, Vítor Santos lembrou que o sector do gás natural é um sector emergente e que a fixação das tarifas terá em consideração, sempre, a defesa dos interesses dos consumidores mas, também a sustentabilidade financeira das empresas que permitam, às mesmas, poder proceder à expansão da sua rede de fornecimento aos clientes finais em todo o território do continente.

SOCIALISTAS MADEIRENSES INDIGNADOS COM NOVO REGIMENTO PARLAMENTAR

OS DEPUTADOS do PS da Madeira afirmam-se indignados e envergonhados com a aprovação unilateral, pela maioria laranja na região, de um regimento parlamentar que – denunciam – diminui as oposições e os meios de fazer oposição, limitando por isso a liberdade e a autonomia.



Segundo os socialistas madeirenses, “através deste regimento, os quatro pilares do Parlamento foram derrubados”, uma vez que o acesso ao poder legislativo é condicionado nalgumas matérias, a representação das populações fica diminuída, a fiscalização do Governo está comprometida, para além do debate político ser “mais uma vez negado pelo PSD”.

Assim sendo, os deputados da bancada socialista na Assembleia Legislativa Regional advertem que “se o PSD persistir com este regimento e esta atitude, se se mantiver inamovível e não consensualizar as práticas parlamentares e os direitos da oposição”, procederão à denúncia

nacional desta situação e, “quando esta se esgotar, a internacional”.

“Todas as instituições onde a Madeira tem assento, todas as instituições por onde passe o presidente do Governo, todos os membros dessas instituições, terão conhecimento, na sua própria língua, do que se passa nesta Assembleia”, sublinham os deputados socialistas madeirenses para de seguida alertar para a vergonha internacional que representará que os nossos pares europeus saibam que “há um Parlamento numa zona ultraperiférica da União, onde se restringem os direitos da oposição, onde o presidente do Governo não debate com os adversários políticos e onde na Mesa da Assembleia a oposição não se encontra representada”. M.R.

Vitalino Canas lança livro “optimista” sobre o futuro da Europa

O Centro Jean Monnet, em Lisboa, foi palco do lançamento do livro “O futuro da Europa”, de Vitalino Canas, no qual o deputado e porta-voz do PS, em diálogo com a jornalista Cristina Rita, fala das “questões essenciais” sobre a Europa e traça uma perspectiva “optimista” em relação à União.

J. C. CASTELO BRANCO

NA APRESENTAÇÃO do livro, Vitalino Canas disse que houve três riscos na elaboração do livro. O primeiro, referiu, tinha a ver com a “legitimidade” de um “recém-chegado” às questões europeias lançar um livro sobre esta temática, quando havia outras pessoas “mais qualificadas” para o fazer.

O segundo risco, frisou, “era estarmos a ter um discurso optimista antes da realização do Conselho Europeu decisivo para o sim ou o não ao novo tratado”. Felizmente, adiantou, “este risco foi superado pelos líderes europeus”.

O terceiro risco, para o porta-voz do PS, “era ser ultrapassado pela dinâmica dos acontecimentos”, o que



também não se verificou.

Por outro lado, Vitalino Canas disse que pretendeu fazer “um livro simples sobre as questões essenciais da UE, que pode ser lido em férias”.

Segundo o deputado socialista, os objectivos que estiveram na génese do livro eram, por um lado, “aumentar a oferta em termos das questões europeias”, e, por outro, “mais Europa explicada de forma simples, em forma de diálogo, de modo a levar o leitor a procurar outras obras e outros autores mais abalizados”.

Falando sobre aspectos tratados na obra, disse que tem “muitas dúvidas” sobre o estatuto do Banco Central Europeu (BCE), que “devia ser ponderado” e que em relação

à evolução das políticas externa e de defesa da União Europeia “temos de dar um salto em frente, já que é uma questão vital para a Europa ser relevante no mundo e funcionar como parceiro global”.

Vitalino Canas referiu ainda “outros tópicos” abordados no livro, como “um olhar sobre a China”, nomeadamente no que respeita à sua presença em África, “o distanciamento dos cidadãos face às questões e instituições europeias” e “a adesão da Turquia à UE”.

Mas também, acrescentou, “uma visão sobre os EUA como aliado transatlântico”, um parceiro com o qual, defendeu, “temos de lidar de igual para igual” e as “relações UE-Rússia”, que “têm de ser aprofundadas”.

O deputado do PS disse ainda que tem “um olhar muito crítico” sobre as opções assumidas no Afe-ganistão e considerou um “erro estratégico” o enforcamento de Saddam Hussein e de outros altos dirigentes iraquianos.

OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**
Coordenador nacional da
Estratégia de Lisboa e do
Plano Tecnológico**ENERGIA – UM PROJECTO E UMA CAUSA**

NUM mundo ubíquo e complexo marcado pela interacção entre energia e informação, há hoje sinais evidentes de que tendo sido atingido um patamar global de conectividade ao nível da circulação e acesso aos dados, chegou agora a vez de ser a energia a fazer a diferença nas próximas décadas, quer como projecto de desenvolvimento inovador, quer como causa de defesa da equidade social e da protecção ambiental.

A revolução informacional teve um papel relevante da Europa e de Portugal, mas teve o seu foco de liderança nos Estados Unidos. Salvo excepções que apenas confirmam a regra, foi nos Estados Unidos que se afirmaram as grandes empresas multinacionais da informação e das suas tecnologias, e em consequência foi aí que se consolidaram as normas de regulação global, matriz determinante do pensamento económico liberal, por muitos designado de “pensamento único”.

A mudança anunciada, ainda que progressiva, para um modelo distribuído e baseado em fontes renováveis de produção e distribuição de energia é uma oportunidade para desenvolver um novo modelo de inovação e ao mesmo tempo propor uma narrativa política progressista e vencedora para a sociedade



A presidência portuguesa da União Europeia propõe-se aprovar no seu mandato um Plano Tecnológico para a Energia, como um dos eixos do novo ciclo da Agenda de Lisboa. É uma opção oportuna, inovadora e de elevado potencial

emergente, que se venha a assumir como património da esquerda moderna.

A presidência portuguesa da União Europeia propõe-se aprovar no seu mandato um Plano Tecnológico para a Energia, como um dos eixos do novo ciclo da Agenda de Lisboa. É uma opção oportuna, inovadora e de elevado potencial, só possível pela liderança que Portugal tem assumido no domínio da investigação e desenvolvimento em energias renováveis e pelo excelente trabalho que nesse domínio tem sido desenvolvido pelo Ministério da Economia e pelas empresas portuguesas do sector.

A energia, que foi estruturante no arranque do projecto europeu, pode ser agora de novo uma âncora para o reforço e aprofundamento desse projecto, com a vantagem de ser um domínio em que a Europa parte em vantagem em relação a outros “players” globais e em que Portugal tem vantagens específicas resultantes das escolhas políticas acertadas que têm vindo a ser feitas.

É pois um exemplo dum tema que é simultaneamente matriz de um projecto e foco de uma causa. Um tema que nos valoriza enquanto país e enquanto governo.

EDITORIAL

**JORGE SEGURO SANCHES**
Director
jseguro@ps.parlamento.pt**LISBOA CONTA COM O PS**

POR TRADIÇÃO, a capital de um país é a cidade mais importante do ponto de vista político, a cidade onde, para além de estar instalada a sede do Governo, é desempenhado um papel relevante na condução política de um Estado, procurando simultaneamente ser um exemplo do que se pretende mostrar ao resto da nação, senão mesmo a todo o mundo.

Desde 1255 que Lisboa é a capital de Portugal e desde a atribuição do foral por D. Afonso Henriques que a nossa capital tem sido sempre um exemplo, um orgulho para todos os portugueses.

Desde a criação da Universidade, com D. Dinis, aos Descobrimientos portugueses, da restauração da independência, em 1640, à extraordinária reconstrução pós-terramoto de 1755 pelo marquês de Pombal, da implantação da República à revolução de Abril de 1974, a história de Lisboa é um motivo de atenção, não só para os lisboetas, mas também para todos os portugueses.

Graças a uma governação tão errática como instável nos últimos seis anos, a direita quase destruiu a maior autarquia do país. Desde que o PSD venceu as eleições para a Câmara de Lisboa, em Dezembro de 2001, sucederam-se os exemplos de má gestão pública e de instabilidade política e governativa.

É exemplo disso mesmo a permanente troca de cadeiras e de entradas e saídas na equipa de gestão da autarquia: primeiro com Santana Lopes, depois com a saída de Carmona Rodrigues de vice-presidente da câmara, depois com a saída de Santana Lopes e o regresso de Carmona Rodrigues, desta vez para presidente, e depois com o regresso de Santana Lopes, que nas eleições foi de forma pouco clara e nada pacífica substituído por Carmona Rodrigues, que

“Ao contrário da direita, os socialistas sempre deram a Lisboa o melhor dos seus quadros e da sua capacidade política, Aquilino Ribeiro Machado, Jorge Sampaio e João Soares e as suas equipas orgulham o PS pela sua gestão autárquica. António Costa é mais uma prova da aposta política que Lisboa representa para o PS”

entretanto voltara a ser vice-presidente da câmara.

Mas a instabilidade não se ficou apenas pela troca permanente de cadeiras. A má gestão foi ainda mais danosa, com Carmona Rodrigues sucederem-se os casos, primeiro de pouca clareza na gestão das empresas municipais (como a EPUL e Gebalis) ou de negócios investigados pelos órgãos judiciais do país e também de instabilidade na coligação pós-eleitoral com o CDS/PP.

Estes seis anos de governação têm uma marca clara e comum: a gestão e a responsabilidade do PSD.

Ao contrário da direita, os socialistas sempre deram a Lisboa o melhor dos seus quadros e da sua capacidade política, Aquilino Ribeiro Machado, Jorge Sampaio e João Soares e as suas equipas orgulham o PS pela sua gestão autárquica. António Costa é mais uma prova da aposta política que Lisboa representa para o PS. A ponto de o Governo investir o seu “número dois” na recuperação política da sua capital. É o capital do partido para a capital do país transportando de novo o rigor que o PS sempre usou na gestão pública para a tão carente e tão depauperada Câmara Municipal de Lisboa.

Todas as sondagens e estudos de opinião realizados sobre Lisboa demonstram isso mesmo: António Costa é o candidato preferido pelos lisboetas para devolver à autarquia de Lisboa a credibilidade e a capacidade de governação que maior autarquia do país carece. Mas esses dados pouco ou nada valem se os lisboetas não tiverem presente que as eleições se ganham nas urnas, votando.

Mais do que opinião, estes factos demonstram que é preciso mudar e voltar a dar esperança a Lisboa, mas para isso é essencial votar no dia 15 no PS e em António Costa.

UnirLisboa
www.unirlisboa.com



Caro(a) Lisboaeta:

No próximo domingo, vamos eleger a Câmara Municipal de Lisboa. Nessa eleição, escolhemos quem vai governar a Cidade nos próximos anos. Mas Lisboa só não continuará ingovernável, se a Câmara tiver a dirigi-la uma equipa constituída por pessoas competentes, qualificadas e experientes. Além disso, no estado de emergência em que nos encontramos, é preciso que essa equipa esteja unida e coesa, trabalhando toda no mesmo sentido.

Foi porque isso não aconteceu no passado que a Câmara Municipal e a cidade de Lisboa chegaram ao estado a que chegaram.

A Câmara está em ruptura financeira, paralisada na sua acção e com o horizonte fechado.

A própria imagem de dignidade, seriedade e transparência que se deve exigir das instituições foi posta em causa. Tudo isto teve efeitos muito negativos na cidade e na vida quotidiana de todos aqueles que nela vivem e trabalham.

Durante a campanha eleitoral, ouvi os lisboetas e apresentei-lhes um programa realista e claro para sairmos da situação grave em que nos encontramos. Se eu e a minha equipa tivermos, como pedimos, a confiança dos lisboetas, vamos pôr a Câmara a funcionar com rigor e fazer aquilo de que a Cidade necessita para que as pessoas se sintam bem nela.

É, pois, cada um dos lisboetas que, no domingo, vai decidir o futuro da nossa Cidade.

A escolha é clara: ou a Câmara continuará desgovernada e o declínio de Lisboa vai ainda agravar-se mais; ou são eleitos um Presidente e uma equipa capazes de arrumar a casa, começando a trabalhar a fundo, ao serviço de Lisboa e dos lisboetas.

Para isso, para que a Câmara Municipal funcione e a cidade melhore, é preciso que os lisboetas votem na proposta que apresenta um Presidente, uma Equipa e um Programa aptos a enfrentar e resolver os problemas. Essa é a proposta que tenho a honra de encabeçar.

Apelo, por isso, ao seu apoio e à sua mobilização: vamos Unir Lisboa. Não se ausente, não se abstenha, vote em consciência. Vamos iniciar no domingo a construção do nosso futuro. Com o voto de todos e com o sentido de responsabilidade de cada lisboeta, vamos fazer uma Lisboa melhor.

Lisboa conta consigo. Eu conto consigo.

André Costa

NO PRÓXIMO DOMINGO

VOTE PARTIDO SOCIALISTA

